

BOLETIN

DE LA INSTITUCIÓN LIBRE DE ENSEÑANZA.

La INSTITUCIÓN LIBRE DE ENSEÑANZA es completamente ajena á todo espíritu é interés de comunión religiosa, escuela filosófica ó partido político; proclamando tan solo el principio de la libertad é inviolabilidad de la ciencia, y de la consiguiente independencia de su indagación y exposición respecto de cualquiera otra autoridad que la de la propia conciencia del Profesor, único responsable de sus doctrinas.—(Art. 15 de los Estatutos.)

Hotel de la *Institución*.—Paseo del Obelisco, 8.

El BOLETÍN, órgano oficial de la *Institución*, publicación científica, literaria, pedagógica y de cultura general, es la más barata de las españolas, y aspira á ser la más variada.—Suscripción anual: para el público, 10 pesetas; para los accionistas y maestros, 5.—Extranjero y América, 20.—Número suelto, 1. Se publica una vez al mes.

Pago, en libranzas de fácil cobro. Si la *Institución* gira á los suscritores, recarga una peseta al importe de la suscripción.—Véase siempre la «Correspondencia».

AÑO XXII.

MADRID 30 DE NOVIEMBRE DE 1898.

NÚM. 464.

SUMARIO.

PEDAGOGÍA.

A socialisação do ensino, por el Dr. B. Machado.—El patriotismo y la Universidad, por D. R. Altamira.—El movimiento de las ideas pedagógicas en los Estados Unidos, por X.—Revista de revistas, por D. J. Ontañón, D. G. J. de la Espada, Doña I. Sama y D. A. Sela.

ENCICLOPEDIA.

Valor histórico del testimonio presencial, por D. V. Letellier.—Notas de sociología, por D. F. Giner.—El puerto de Vacares, por D. A. García del Real.

PEDAGOGÍA.

A SOCIALISAÇÃO DO ENSINO

por el Profesor honorario Dr. Bernardino Machado,

Catedrático de la Universidad de Coimbra (1).

Apesar de todos os portentosos progressos que tem feito a pedagogia moderna, está ainda muito longe de satisfazer cabalmente ao seu fim.

Só a eschola primaria se intitula popular, e a verdade é que nem ella, nem no seu primeiro grau, o ensino deixou de todo

(1) Discurso pronunciado en la apertura de la sesión inaugural de los cursos para obreros del Instituto de Coimbra en 1897. Está incluido en el libro que acaba de publicar nuestro colega, bajo el título *O Ensino* (Coimbra, 1898) y que comprende discursos dentro y fuera del Parlamento, artículos, cartas, proyectos, etc., sobre los más vitales asuntos de educación y enseñanza; entre ellos una nota sobre la *Institución*, á que esta debe profundo reconocimiento. El Dr. Machado ha comenzado á publicar, casi al mismo tiempo, en otro volumen titulado *A Industria*, sus trabajos en el Ministerio de Obras públicas, Comercio é Industria, que desempeñó en 1893 y en que desplegó sus altas cualidades y una actividad prodigiosa.—(N. de la R.)

de se vedar a quantos labutam desde a infancia por um ganha-pão; e, por mais generosamente que a sociedade acuda aos seus pobres, essa assistencia nunca póde ser bastante. Por isso, a par com as subvenções para a educação dos menores, por toda a parte se vão multiplicando os cursos de adultos. A Inglaterra é talvez o mais admiravel exemplo d'esta dedicação social: ha hoje alli palacios para a cultura do proletariado; e as Universidades inglesas difundem pelos bairros e regiões industriaes do paiz não só missões docentes temporarias, mas até mesmo colonias de professores, que vão estanciar demoradamente entre o povo trabalhador. Taes expedientes, comtudo, posto que mereçam todos os louvôres, não passam de meros palliativos, que mal encobrem o vicio profundo da actual organisação pedagogica: a incompatibilidade entre o trabalho e a instrucção.

O Instituto de Coimbra, que já pelo seu Boletim mensal descerrava o saber dos seus socios ao largo publico, julgou-se tambem na obrigação de abrir aulas para a classe operaria d'esta cidade, offerecendo-lhe, com ellas, a sua casa e a sua convivencia; e a direcção a que presido, tanta importancia liga ao novo serviço projectado, que o inaugura com esta sessão solemne, em que, a seu pedido, o digno lente da Faculdade de Medicina, o sr. dr. Adriano Xavier Lopes Vieira, que é um dos nossos mais insignes naturalistas, fará o elogio do trabalho em nome da hygiene.

Cabe-me todavia proclamar d'este logar que o trabalho, além de principio hygienico, é principalmente uma lei moral, e que nada peor do que o divorcio em que anda com elle a instrucção. Reparem-se, quanto possivel, nos adultos os estragos causados

pelo abandono espiritual dos adolescentes; mas faça-se, antes de mais nada, por evitar que semelhantes danos se produzam. E esta não é senão uma face da questão. Tão necessario se torna ministrar a instrucção a todos, ainda aos mais indigentes, como não affastar ninguem do trabalho, nem os mais ricos.

E' absolutamente indispensavel que a creança bem sorteada, que pôde estudar, não estude só para si, e desde a sua entrada na escola aprenda a ser prestavel á familia e á sociedade. Não brada aos céos, que, precisamente quanto mais mimoso da fortuna alguém nasce, tanto mais o ensino o dispense do cumprimento dos seus deveres? Hoje em dia o rapazito que passa diante de nós com o cantaro á cabeça para ajudar á sustentação da sua pobre mãe e dos seus irmãos mais pequenos, não nos commove só pelo esforço physico que faz em tão tenra idade, mas sobretudo pela grandeza do seu esforço moral; e, em rigor, não ha filho de rico, por mais laureado nas aulas, que se lhe compare. Só pela prestação dos seus serviços o homem se fórma, e adquire a tempera, a coragem da paciencia e do sacrificio, sem a qual nem mesmo a si proprio logrará desenvolver-se em qualquer profissão. Fala-se tanto, e ainda bem! de ensino pratico; mas não esqueça que a primeira pratica é a da virtude, e que um officio é tão imprescindivel á moral como a experiencia á physica.

Alheiar durante annos consecutivos a gente moça da santa lide dos seus parentes e concidadãos, não lhe entregando sequer em casa os cuidados mais vulgares, porque até para esses se contractam serviçaes, constrangel-a assim systematicamente á inutilidade, outra coisa não é que votal-a a uma vida egoista, de orgulho e de parasitismo. D'ahi vem, não hesito em affirmar-o, o desamôr com que desgraçadamente a nossa nação está sendo tratada pelas classes dirigentes!

Assim como a lei tenta defender da doença e da ignorancia o filho do proletario, assim deveria tambem proteger a creança abastada contra a atrophia moral!

Não me limito a formular o problema, aventarei tambem a sua solução.

E' que a ninguem seja licito seguir um curso de instrucção secundaria, sem que

esteja ao mesmo tempo fazendo o seu tirocinio officinal, nem se permita o accesso a uma faculdade ou escola superior a quem não seja ainda mestre em alguma profissão; e, reciprocamente, que a todo aprendiz que se prepara para operario, se franqueie o ensino médio burguez, como a todo operario que se prepara para mestre, se abram as ultimas portas dos lyceus, de tal modo que, depois de haver passado de operario a mestre, o mesmo individuo vingue ainda habilitar-se a assumir um dos primeiros cargos sociaes. Numa palavra, que todos os soldados possam aspirar ao generalato, e não haja official superior que não tenha passado pelas fileiras!

Sem esta revolução hierarchica, nunca o ensino será democratico, nem moral. Accrescento: nem será verdadeiramente efficaz. Toda a instrucção que não convirja para um serviço ou não parta d'elle, é vã. Na selva escura das disciplinas escolares, o espirito do educando extravia-se e perde-se. São tudo abstracções, que elle ignora d'onde veem, e ao que veem; é tudo para elle, emfim, uma especie de jogo de azar mental. Nada o firma na vida! Ás sciencias, artes e industrias que aprende, falta o amovavel vinculo, que lh'as deveria atar ao coração. Estuda-se entre nós, como se para nós não houvesse uma patria, como se cada objecto do nosso estudo não fôsse un elemento integrante d'essa patria; quando nada da nossa terra nos devia ser indifferente, quando nem uma pedra d'ella é uma pedra qualquer, mas tem um cunho nacional, local, familiar, é a pedra domestica do nosso lar, é a pedra do baptisterio, do moinho e da fonte da nossa povoação natal, e é á pedra lascada que recorda as nossas origens ou a pedra dos monumentos, emblema da nossa gloria, que celebra os feitos dos nossos antepassados. Cada objecto tem uma historia, que o educando precisa de conhecer e de amar; uma historia e um destino!

Será impossivel ir arrancar assim a instrucção aos flancos palpitantes da patria? nacionalisar, localisar, familiarisar o ensino? Não! O saber é immenso como o universo que pretende abarcar, e, como elle, tem o seu centro em toda a parte. A verdade irrompe por todos os dominios da actividade humana. Não ha nenhum, d'onde

se não tire una geometria, una mechanica..., em summa, a sciencia, a arte e a industria; nenhum, onde a alma com todas as suas faculdades se não repercuta!

Que é, pois, que falta para que a reforma que preconiso, e a que chamarei a socialização do ensino, se torne viavel? Uma só coisa: reduzir o tempo lectivo, deixar a creança viver. E fiquem certos de que até a eschola, que, apesar do tempo que hoje absorve, é uma especie de tonnel das Danaides, e mal desempenha a sua missão, virá a ganhar, prosperará, porque correrão para ella a fecundar as suas lições as proprias fontes da vida.

EL PATRIOTISMO Y LA UNIVERSIDAD,

por el Prof. D. Rafael Altamira y Crevea,

Catedrático de Historia del Derecho en la Universidad de Oviedo.

(Conclusión) (1).

No cede en importancia como lazo de unión, sino que, en sentir de muchos grandes pensadores (Fichte, por ejemplo) (2), excede á todos, la lengua. Sean cuales fueran nuestras ideas respecto de la conveniencia de una centralización y reglamentación del castellano como las que representa la Academia Española, y aunque nos coloquemos en el punto de vista más radical que cabe en este orden, no podemos negar los españoles que el mantenimiento de nuestra lengua, y su desarrollo conforme á su propio espíritu en las naciones que con él la despertaron á la vida de la civilización moderna, y que la hicieron suya (y aún en las de idioma nacional distinto, si á ellas llega nuestra acción: v. g., Marruecos), es una base indispensable para la influencia y la intimidad intelectual. Los franceses, que no tienen una Academia de la Lengua caracterizada como la nuestra, con un programa centralizador, ni poseen un Diccionario oficial, no por esto abandonan la suerte de su idioma en los países con quienes mantienen alguna relación de

raza, política ó comercio activo. Antes al contrario, cuidan de ella, ya mediante instituciones oficiales, ya por el esfuerzo de Asociaciones privadas; y hasta en pueblos donde no se da, ni es posible que se dé, el motivo de la colonización ó de la comunidad de origen, crean órganos de difusión de la lengua nacional, de que es ejemplo reciente la *Revista francesa de Edimburgo*, fundada por el profesor de Literatura francesa y romance en aquella Universidad, M. Saroléa, y dirigida, con profundo sentido, á sostener sobre la base del idioma, el prestigio intelectual de Francia en el extranjero y la difusión de su literatura.

Mirando así las cosas, elevadamente, aun los mismos anti-académicos han de reconocer la necesidad de velar por la conservación del castellano en América; y aunque sea ley de las lenguas vivas el movimiento y la variación, las diferencias dialectales y locales, sabido es que esto se produce, cuando la función es normal, sin negar el fondo y el carácter sustancial de aquella, fondo y carácter que ha de persistir bajo peligro de muerte del idioma entero. En este sentido, las Academias correspondientes de América, y cualquiera otro órgano ó corriente de relación que las Universidades españolas creen, han de ser de fundamental influencia en la vida intelectual, para la que es la lengua un medio de expresión menos accidental é indiferente de lo que piensa el vulgo. Para esta obra, los peninsulares que viven en el continente americano pueden ser un elemento efficacísimo; y el serlo constituye sin duda uno de sus mayores deberes, superior quizá al de los auxilios materiales de que en tiempo de guerra han sido pródigos.

Pero la comunicación á distancia, por muy frecuente que sea, está muy lejos de llegar al ideal en este punto. Haría falta algo más: el trato directo, la convivencia más ó menos larga entre las personas que por su cultura pueden constituir elementos directores, y, en fin, el comercio inmediato de españoles y americanos, respectivamente, con el público de América y de la Península. A este fin se dirigió aquel proyecto del Sr. Güell y Renté, encaminado á convertir la Universidad de la Habana en un centro común de elevadísima cultura para todos los grupos de la gran

(1) Véase el número anterior.

(2) Discurso IV.

familia hispana; y en su vista, también, comenzó á tantear el efímero ministerio autonómico de Puerto-Rico el establecimiento en la isla de una Universidad ó Escuela superior, á la que hubiesen concurrido temporalmente (por un curso ó dos) profesores hispano-americanos, para dar enseñanzas monográficas de las respectivas especialidades y constituir un fecundo punto de encuentro de los elementos cultos de España y América. La pérdida de las Antillas, que nos ha impuesto la dura ley de una guerra injusta, ha destruído toda posibilidad de realizar uno ú otro proyecto. Su ejecución en territorio continental ha de ser mucho más difícil; pero entiendo que el profesorado español debe estar dispuesto á responder á toda iniciativa de este carácter, á todo llamamiento de colaboración en la obra común educativa. Confiamos en que la conciencia de la necesidad de un concierto íntimo—que comienza á despertarse en España y en las Repúblicas americanas—inclinará cada día más, si no á la aplicación de un medio tan costoso como el apuntado, al aprovechamiento de los Congresos, de las Conferencias, de las Comisiones científicas mixtas, cada vez más fáciles de reunir, merced á la creciente rapidez de las comunicaciones, tanto en la Península como en el continente americano; porque ya es hora de que nuestra juventud intelectual pierda el miedo á los viajes por el Atlántico, bajo la presión de un fin de tanta trascendencia, como á menudo lo pierde para procurarse, al otro lado del mar, un porvenir económico, menos seguro en verdad que la influencia que podría ejercer organizando debidamente la comunicación. Esto aparte, la Universidad y todos los centros de enseñanza españoles deben allanar el camino para lograr aquel fin mediante el reconocimiento de los títulos profesionales, dando ejemplo (si es que al principio hubiera repugnancias ó coqueteos en punto á la reciprocidad, como los hubo en Portugal), ya de una manera absoluta (1), ya con ciertas condiciones (2)... Los ánimos asustadizos,

(1) Como el Decreto de 6 de Febrero de 1869, respecto de Portugal.

(2) La legislación vigente, que forman el Decreto-ley de 6 de Febrero de 1869, la Real orden de 22 de Febrero

que arguyen inmediatamente con los peligros de la competencia económica en las profesiones, pueden tranquilizarse sabiendo que, ni en América hay tanto furor como aquí en punto á las carreras liberales de medicina y derecho—que son las de personal superabundante,—ni en todas las Repúblicas americanas están organizados todos los estudios que en la instrucción pública de España figuran. Por otra parte, sabido es que los españoles de carrera que van á aquellos países, no huelgan, antes bien hallan más fácilmente ocupación que aquí, lo cual indica falta de personal (1).

La atracción de alumnos americanos á nuestras Universidades y escuelas superiores, desviando la corriente que les lleva, con exclusión de España, á otros países europeos, debe preocupar seriamente al profesorado y á los centros administrativos de la enseñanza, como uno de los más seguros medios de conservar en aquéllos la unidad de espíritu de la raza y preservarlos de influencias que los desnaturalicen, en daño suyo y nuestro.

Pero ni la atracción de alumnado ni la misma reciprocidad de títulos serán efectivas y fecundas, si no tienen por base una reforma (antes interna que de programa y aparato), ó más bien un desarrollo vigoroso de la iniciada en nuestra enseñanza superior; porque el legítimo interés de su cultura se sobrepondrá siempre, y con razón, en el ánimo de los americanos, al amor ó la simpatía hacia España, y si no

de 1888 y otras de ese año, la de 10 de Mayo de 1869, la de 7 de Junio de 1894, la de 12 de Marzo de 1896 y el Real decreto de 12 de Marzo de 1897, ofrece base para esta medida, aunque principalmente se refiere á los títulos profesionales de médicos, farmacéuticos y sus análogos, y á la posibilidad de cursar los alumnos extranjeros en los centros docentes de España. Hay otras disposiciones complementarias. La Real orden de 10 de Mayo de 1889, que precisamente se refiere á estudios hechos en la Facultad de Medicina de Cochabamba, es importante, por lo que toca á la convalidación de asignaturas sin necesidad de nuevo examen.

(1) Hago caso omiso del argumento, algunas veces usado en esta cuestión, y referente al valor científico de los estudios hechos en el extranjero. Sin pretensión de hacer una comparación completa, grado por grado, lo que sí afirmaré es la superioridad que respecto de España tiene en algunas Repúblicas de América la organización de la primera y segunda enseñanza y aun la de párvulos. Un bachiller chileno, que haya aprovechado sus estudios, bien se las puede apostar con un bachiller europeo.

hallan en nuestros establecimientos docentes, por lo menos las mismas condiciones de estudio que en los extranjeros, seguirán apartados de nosotros para buscar en otro lado lo que aquí no podemos ó no sabemos darles. Yo quiero creer que en algunos puntos los americanos rinden parias todavía á la leyenda que hace mayor de lo que es nuestro atraso; pero nadie podrá negar que en muchos otros su prejuicio responde á una realidad dolorosa. No tengamos reparo en confesarla y en darnos completa cuenta de ella. Imitemos en esto á los prusianos de la época de Fichte, á los patriotas franceces de 1871 y á los mismos chilenos, que por boca de un ilustre profesor, el Sr. Letelier, dieron no hace mucho ejemplo de amor á su nación, confesando que tenían «muy pocos profesores que supieran enseñar sus asignaturas» y «ninguno, absolutamente ninguno, que hubiera mostrado idoneidad para formar maestros con arreglo á los preceptos de la pedagogía científica» (1). Afortunadamente, nuestra penuria no es igual á la de Chile. Y siendo el mal menor, ¿hemos de rehuir el esfuerzo para anularlo del todo?

Véase, pues, cómo la resolución de todos los problemas viene á condensarse en el perfeccionamiento de la enseñanza, en la «política pedagógica», que aún no ha sabido inscribir en su programa ningún partido español, pero que innumerables voces salidas de nuestra minoría intelectual piden sin descanso. ¡No sin profundo sentido señalaba en ella la raíz de toda grandeza Fichte, cuyas profecías tan grandiosamente ha realizado la Alemania moderna!

Trabajemos, pues, sin descanso, con fe y ardimiento, profesores y alumnos, firmes en la creencia de lo trascendental de nuestra obra, de la influencia enorme que en lo más elevado de la vida tiene lo más humilde y modesto, cuando se cumple con el alma iluminada por el ideal. No olvidemos nunca que nuestros deberes académicos son deberes nacionales; y que al dedi-

car unos lo mejor y más íntimo de su espíritu á dirigir la inteligencia y el corazón de los que inician su camino en la vida, y al coadyuvar éstos con la voluntad firme y constante que abre de par en par las puertas de la atención y prepara el entendimiento á la gran obra asimiladora y sugestiva de la educación científica, hacemos más por la patria que con cien discursos declamatorios ó con el continuo lloriqueo del pesimismo pasivo.

La responsabilidad de los elementos intelectuales, con ser grande siempre, es mucho mayor y más grave en una nación atrasada y víctima de la abulia, como la nuestra. La regeneración, si ha de venir (y yo creo firmemente en ella), ha de ser obra de una minoría que impulse á la masa, la arrastre y la eduque. No nos dejemos ilusionar por la esperanza en lo que vagamente suele llamarse «pueblo», «fondo social», etc. En un país donde hay cerca de 12 millones de personas que carecen de toda instrucción, y en donde, como todos sabemos de experiencia propia, hay que descontar en rigor más de la mitad de los restantes, por las deficiencias de nuestra enseñanza primaria, única que alcanza la mayoría, ¿qué esfuerzos se pueden pedir razonablemente á esa masa social, en pro de cuestiones que ni comprende, ni le interesan, ni puede resolver por sí, aunque nada de esto proceda de culpa propia? No confiemos más que en lo que pueda servir, en los elementos verdaderamente útiles, en la minoría que lee, estudia, piensa y se da razón de los grandes problemas nacionales. Podrá contar ésta con la colaboración pasiva de ciertas cualidades morales que posee la masa, y con un cierto instinto de salvación en ella manifiesto (1), de donde pueda derivarse la seguridad, ciertamente importante, de no hallar resisten-

(1) Pág. 416 del libro citado: capítulo titulado *El Instituto Pedagógico ante sus detractores*. Las recientes desgracias nacionales han producido análogo efecto en algunos de nuestros verdaderos patriotas, como lo demuestra el sincero y hermoso artículo publicado por D. P. de Alcántara García, con el título de *Llamamiento*, en el número de Julio de su revista *La Escuela Moderna*.

(1) La cifra de analfabetos es, en el censo de 1887, de 11.945.871. Hay motivos para creer que ha disminuído bastante estos últimos años; y para que se vea cuán compleja es la psicología social, y cuánto bueno puede hallarse todavía en un pueblo atrasado, mencionaré los ejemplos de las provincias de Burgos y de León, donde, según testimonio de los Sres. Serrano y López Morán (en sus estudios sobre derecho y formas consuetudinarias de la vida popular), las mozas señalan con el dedo á los jóvenes que no saben leer y escribir y rehusan contraer matrimonio con ellos.

cias en la obra y de que los demás respondan con sacrificios económicos y personales (como lo han hecho con motivo de la guerra de Cuba, que no era, sin embargo, verdaderamente popular) á las peticiones de arriba; pero la impulsión, la organización, la ejecución de los planes, la discreta aplicación de los procedimientos, el cumplimiento concreto de los deberes, que pide cultura y una diferenciación inteligente de órganos, eso, sólo los elementos citados pueden hacerlo, y de ahí la terrible responsabilidad que sobre ellos pesa. El humilde «paisano» de nuestras montañas, el labrador de los llanos de Castilla, el payés de las regiones catalanas, etc., (que forman la mayoría de la nación), no pueden dar el impulso para regenerar el país, porque ellos son los que primeramente necesitan de regeneración y de cultura. Si España no sale de la profunda crisis que atraviesa, culpa será de los llamados «elementos directores» — entre los cuales hay que incluir á todo el que tiene conciencia de las necesidades generales de la patria — á los cuales incumbe la «acción»; y es bueno que piensen seriamente en esa culpabilidad que les amenaza (1).

(1) Por muy graves faltas que hayan cometido nuestros Gobiernos en orden á sus deberes para con la cultura nacional, hay que decir francamente que otras tantas corresponden á los elementos sociales que no intervienen en la gobernación pública. Es muy cómodo quejarse á la continua de la inercia del Estado y permanecer, los que se quejan, en la más absoluta inacción cuando se trata de cooperar á las funciones que transitoriamente cumple hoy, en parte, el organismo jurídico. Lo que la iniciativa particular pueda hacer en esto, es incalculable, y bien claro se ve, en nuestro propio país, recordando las innumerables fundaciones antiguas de Universidades, Colegios y Casas de enseñanza, debidas, no ya á corporaciones, sino á individuos poderosos. ¿Qué hacen hoy los más de nuestros ricos, ni en vida ni en actos de última voluntad, para sostener esa hermosa tradición española? ¿Dónde están aquí las fundaciones, los legados, las donaciones, que tan poderosamente ayudan en Inglaterra y en los Estados-Unidos al desarrollo y la vida pujante de las instituciones docentes? *El Evangelio de la riqueza* no se practica apenas entre nosotros por lo que toca á la enseñanza; y quien no lo practique, no tiene derecho á censurar lo que, si no fuera por su egoísmo, quedaría remediado en muchas de sus faltas. Los hermosos ejemplos de Aguirre, de Sierra Pambley, de Tolrá, Casariego, Pola, Alvarez, Sotés y otros cuantos que pudieran citarse, son los que se deben imitar. Sólo así llevarán los españoles pudientes el concurso necesario á la obra de regeneración nacional, concurso sin el que la acción del Estado siempre es deficiente.

Y como la obra de regenerar un país no se cumple en un día, ni una vez iniciada tendrá valor si no se alimenta con nuevos esfuerzos, ni es natural, en fin, que se basten, ni aún para comenzar su ejecución, las generaciones gastadas por el fracaso de otros ideales ó por las luchas que, no sin fruto siempre (hay que decirlo para atajar la ingratitud de los modernos), llenaron nuestra historia en este siglo, la responsabilidad caerá especialmente sobre la juventud, cuyo entusiasmo, cuya generosidad, cuyas fuerzas vírgenes, hacen ahora más falta que nunca. Pensad en ello, jóvenes alumnos de esta Universidad de gloriosa tradición. Pero guardaos bien de confundir el trabajo útil con la palabrería; la convicción científica adquirida tras largas investigaciones, con los aparatosos destellos de tanta novedad precipitada; el esfuerzo serio con el lirismo quejumbrón, y el espíritu de la civilización moderna con el romanticismo y la osadía de redentores improvisados, que mezclan un radicalismo, que no es el de los radicales auténticos, con las locuras de un delirio erótico, considerado como el *summum* de la libertad redentora (1).

No creáis que se os exige demasiado. Comenzad por romper la precaución vulgar — tan frecuente en España — que no considera útil sino lo muy grande, lo muy perfecto y acabado. Reflexionad que en la obra complejísima de regenerar una nación — como, al fin y al cabo, en todas las funciones sociales — tan necesario es el genio que dirige y organiza, como los elementos inferiores á él, sin cuyo concurso de nada serviría su impulso. Cuando se pide «juventud», como factor nuevo para la acción, no creáis que se entiende pedir únicamente gobernantes nuevos. Ya sé que la estatolatría dominante y la ambición política (única que vive entre nosotros y que, en ciertos límites es, sin duda, no sólo lícita, sino necesaria) interpretan en ese sentido, casi siempre, los llamamientos á la juventud. Pero ni todos los jóvenes pueden ser

(1) La importancia que tiene este elemento, tan arraigado por desgracia en las generaciones «modernistas» de Francia, Bélgica y otros países, puede verse en el artículo citado de *L'Ermitage*, revista cuyo *modernismo* no negará nadie.

gobernantes, ni los que llegasen á serlo valdrían nada, sin la «presión social» (la frase ha sido escrita en los periódicos y debemos congratularnos de ello): porque abandonados en la labor, teniendo que llevar á remolque toda una sociedad pasiva, sin que ésta signifique de continuo su presencia para animar y ayudar á sus representantes con la adopción y la defensa de las reformas, el cumplimiento de los deberes y el fortísimo sostén de las ideas compartidas (que dejan así de ser singularidades de un teórico), serán infructíferos los esfuerzos de los que pretenden dirigir. Casi puede decirse que, más que grandes individualidades, se necesita masa, amplios estratos concordes con la dirección que conviene imprimir á las cosas, sobre los cuales se pueda ya edificar en firme. No desmayen, pues, los que no se sientan con energías ó con vocación para ser directores: su concurso, como elementos de la cooperación social, es igualmente necesario. Lo que importa es formar el espíritu en el amor á la patria y en la convicción de que sólo *queriendo* la mejora y luchando por ella, todos unidos y cada cual en su puesto, ha de lograrse. Para esa lucha todos sirven, y el que menos parezca poder servir, podrá inmensamente, con sólo el ejemplo de su trabajo asiduo en la profesión que abraza, su allanamiento á todo lo que signifique adelanto social, y el cumplimiento estricto de todos sus deberes, da como fuerza intelectual y como ciudadano.

Haciéndolo así, cumpliréis fielmente con el deber del patriotismo, que no consiste, según ya dijo Iriarte, en la hinchada vanidad de proclamar lo propio como lo mejor del mundo, negando y encubriendo sus defectos, á reserva de cruzarse luego de brazos y eludir, con criminal egoísmo, el menor sacrificio por el interés común; sino que es, ante todo, «una noble pasión por engrandecer la tierra donde uno ha nacido» (1), mediante el reconocimiento sincero de las faltas, el trabajo diario para corregirlas, el afán por aprovechar el ejemplo ajeno, el deseo vivísimo de igualar á los más perfectos y de conseguir, por amor á la patria, que en todas partes y en todos

los órdenes valga realmente tanto como cualquier otra nación. Entendido así el patriotismo es, como dicen d'Arvert y Legendre, fuente de grandes virtudes y excelencias morales, y en vez de deprimirlo, hay que exaltarlo y robustecerlo; porque sintiéndolo así todos los que realizan alguna acción social—los empleados, los jueces, los políticos, los profesores, los militares, etc.—acabarían, ó por lo menos disminuirían en gran escala, muchos de los vicios y defectos que desprestigian á una nación y la debilitan en el gran concurso de las fuerzas humanas. Piense cada español que en su conducta va implícito el honor, el porvenir y el crédito de España, y nuestra regeneración será cosa fácil, en lo que depende de la actividad de los hombres.

Y si empeñados en esta obra halláis obstáculos en el camino; si el resultado de ella no responde siempre á la magnitud de vuestros esfuerzos, no desalentéis con flaqueza romántica, ni os consumáis en negaciones y pesimismo, que nada producen. Trabajad, trabajad siempre, seguros de que no hay trabajo pequeño para la vida, y no descanséis, ni aun cuando comiencen á despuntar las señales de la regeneración. Recordad entonces las palabras con que terminaba su *Oración apologética* un español digno de todo nuestro respeto (aunque no pensemos en un todo como él pensaba), por su gran amor á la patria y sus desvelos en pró de la cultura nacional: «La juventud, lejos de desalentarse y echarse á dormir con este conocimiento (el de un relativo progreso logrado), debe sudar y trabajar intensamente para arrancar á su patria de la dependencia que tenga de otras naciones por algunos caminos. La recompensa más digna será la memoria de sus desvelos en los tiempos futuros, cuando, agradeciendo nuestra posteridad los beneficios que herede, labrados por nuestro trabajo, diga á sus hijos con enternecido reconocimiento: «En nuestros mayores tenéis los ejemplares que debéis imitar: emulad sus fatigas; y para que no acabe jamás en la patria la idea del saber, de la virtud y de la aplicación, trasladad su memoria de generación en generación, y encomendad á todas la generosa obligación de la gratitud.»

(1) L. Mallada, *Los males de la patria*.

EL MOVIMIENTO DE LAS IDEAS PEDAGÓGICAS
EN LOS ESTADOS-UNIDOS,

por X.

(Continuación) (1).

X.

Mr. Patterson Du Bois no es profesor de pedagogía, sino autor de trabajos importantes sobre educación. En su sentir, ésta es el proceso por que se nos conduce á adquirir ideales, y á realizarlos por nuestra propia actividad; ideales que, en una educación cristiana, son el amor á Dios y la semejanza á Cristo. Tiene, pues, por objeto ponernos en plena posesión de todas las facultades naturales, desarrollando nuestra naturaleza física, intelectual, moral y espiritual, y edifica nuestro carácter ó personalidad. En cuanto debemos hacerlo todo para gloria de Dios, no hay en rigor verdadera división entre la educación secular y la religiosa; ésta debe mantener estrecho contacto con el movimiento pedagógico y recomendar su fin educativo, por la razón y los buenos métodos, á la simpatía y auxilio del educador de profesión.

La educación sistemática debe conocer á la vez la naturaleza del niño y lo que éste debe llegar á ser en sociedad. El autor tiene pocas simpatías por la doctrina del paralelismo entre el desarrollo de la especie y el del individuo; pero el niño recibe por la educación una herencia de acumulaciones sociales; y desde muy temprano siente su derecho á que se le reconozca como individuo de su raza. Ciertamente que, en algunos respectos, es una criatura muy diferente del adulto y que no ha de considerársele como un hombre en miniatura; pero es una injusticia pronunciar continuamente sobre él juicios que lo hacen sentirse fuera, por decirlo así, de la humanidad común. No es ningún pecado ser niño y obrar como tal; el pecado es que le hagamos cargo de su edad, como si fuese una desgracia que, á lo sumo, sólo puede ser tolerada.

Cualquiera que sea el sentido de unidad con la conciencia social á que el niño llegue

en su día, debe comenzar por ser niño, antes y para que pueda llegar á ser verdadero hombre. Un desarrollo demasiado rápido, que le despoja de su carácter de tal; una niñez reprimida, suprimida ó acelerada, no significa enriquecimiento, sino empobrecimiento.

El hecho fundamental para el autor es éste: que toda conciencia es esencialmente motriz. La idea de un movimiento es prácticamente el comienzo de este movimiento. Así, cada estado de conciencia por el cual somos, conscia ó inconsciamente, instrumento para conducir á otro, producirá en éste, más ó menos pronto, una actividad, ya formadora de hábitos, ya inhibitiva; y toda actividad, á su vez, aumentará la profundidad de la conciencia.

Cualesquiera que sean nuestras teorías biológicas, pedagógicamente, poco ó nada tenemos que ver con la herencia (cosa, de que estamos bien ignorantes); lo que sí tenemos que ver es con el medio ambiente, cuya función es sugerir ideales y utilizar así el potencial de esa herencia, sea el que sea. No es el medio el que desarrolla al niño, sino que éste se desarrolla por su propia reacción sobre aquél; como no es el medicamento quien cura la enfermedad, obrando sobre el organismo, sino éste el que se cura, reobrando sobre el medicamento; ni el alimento produce la carne, sino el organismo, apropiándosele. Por esto, hay que considerar siempre el organismo espiritual del niño, que ha de responder á nuestra acción, y salirle al encuentro en el campo de su propia experiencia. Debemos partir de este punto de contacto con la vida y dirigirnos á algún interés, ideal, instinto ó actividad suya, como el primer factor en nuestro procedimiento general de lo conocido á lo desconocido.

La educación no es cosa sólo de la escuela y el hogar, sino de toda la vida. El niño está bajo una suma de fuerzas ó sugerencias, sobre las cuales reobra de un modo ú otro; y nuestro oficio como educadores es vigilar estas fuerzas. De ellas, unas deben ser dirigidas, otras desviadas, otras neutralizadas. Debemos ponerle en camino de que se encuentre con las ventajosas, y defenderle de las perjudiciales. Pero en ninguno de estos procesos podemos, ni debemos evitar que el niño crez-

(1) Véase el núm. 462 del BOLETÍN.

ca en la conciencia de que necesita escoger por sí, obrar, gobernarse, guardando entre su parte y la nuestra recta proporción. No podemos abrumarlo demasiado pronto con las responsabilidades de una conducta independiente, ni dejarle que se encuentre hecha su obra, para que crezca en la debilidad, la irresponsabilidad y la inercia. Seamos obedientes nosotros á la ley divina de la naturaleza del niño, antes de pedirle á él que nos obedezca.

El primer obstáculo para educar bien al niño, es nuestro «egotismo» de adultos. Nuestra sombra le quita la luz. Le imponemos nuestros formularios, nuestras teologías y filosofías, nuestros órdenes de pensamiento invertidos, nuestras remotas razones, nuestras alusiones inarticuladas, nuestras ideas de las instituciones: todo lo que proviene de la experiencia y la convención; y suponemos que, por hablar de estas cosas en una jerga, mezclada de lenguaje infantil y técnico, entramos en el campo de su experiencia. Lo conducimos al mal, inspirándole formas de mal que no estaban á su alcance, ó poco menos, y de que no corre inmediato peligro. Equivocamos sus motivos y acciones, y leemos en ellos significados de que está completamente inconscio: más de una actividad hay en el niño, que tiene una significación fundamental diferente de la que esa misma actividad tiene en sus censores adultos, de los cuales la ha tomado por sugestión, viendo en ellos sus naturales ejemplos, pero poniendo en ella muy otro sentido. Nos quejamos de su excesiva actividad, en lugar de utilizarla, y lo juzgamos como un sér al que se debe más bien corregir que dirigir; más bien contrariar que comprender; y pensamos más en ser obedecidos *nosotros*, que en que *él* sea obediente. Somos egotistas siempre en su presencia, y así impedimos su educación, en vez de facilitarla.

Otro obstáculo es nuestro afán por interesarlo ó ganar su atención. No nos paramos á averiguar qué es á lo que está atendiendo, qué es lo que le interesa, y sobre todo qué profunda significación hay en el fondo de este íntimo interés, que arrebatara su atención y lo distrae.

Aunque es cierto que puede lograrse mucho por el cultivo de las células cerebrales, también lo es que únicamente aquella

experiencia en que el espacio, el tiempo y las causas remotas entran como factores esenciales, hace posibles ciertas clases de conceptos para el espíritu del niño. De una cosa hay que estar siempre acordándose, al tratar con niños: de que lo que está lejos, está fuera de su alcance; él no se ocupa sino de lo inmediato en espacio, tiempo, causa ó interés, y debemos salirle al encuentro, teniéndolo en cuenta, so pena de trabajar sin resultado.

Nuestro oficio como educadores, sea sistemáticos ó libres, es, pues, el de cuidar del ambiente del niño. Ya se ha indicado que este oficio tiene una triple función. *Guiamos* al niño, cuando nos dirigimos á él conscientemente, inspirándole ideales por medio de la naturaleza y el arte, deberes y aspiraciones del espíritu. *Lo separamos*, cuando, viéndolo sometido á sugestiones indiscretas, malos tratos, dureza y aun crueldad, conversaciones, literatura y pinturas inoportunas, historias terroríficas y embrutecedoras, hacemos por atraer su atención y rescatarlo del limbo positivo y esclavitud de sus custodios. *Neutralizamos* el medio, cuando, habiendo juzgado equivocadamente al niño, ó habiéndolo hallado absorbiendo una conversación que no debería oír (quizá de buenos amigos que se sienten á nuestra mesa), aprovechamos todas las ocasiones ulteriores para destruir aquella sugestión perjudicial, que ya quizá ha arraigado en él como idea y está por consiguiente en los primeros períodos de la actividad formativa. No son el padre y el maestro sólo quienes deben conducirse con circunspección en presencia de los niños. Aquel, cuyos actos y cuya conversación caen bajo la penetrante observación de ellos, es una parte de su ambiente sugestivo. De aquí el inmenso trabajo del educador profesional, que ha de apreciar los valores relativos de estos varios influjos del ambiente, al disponer su plan. Esta disposición será tanto más eficaz, cuanto más logre poner al niño en posesión de sus facultades, por medio del ejercicio de su propia actividad. Tendrá verdadero éxito, precisamente hasta allí donde desarrolle esta naturaleza real y aquellos ideales, que constituyen la idea divina del niño, lo que Dios quiere de él y para él.

(Continuará.)

*

REVISTA DE REVISTAS.

ALEMANIA.

*Zeitschrift für Schulgesundheitspflege.**(Revista de higiene escolar.—Hamburgo.)*

OCTUBRE.

Progresos de Croacia en higiene escolar, por el Dr. Hranilovic.—Aduce una porción de datos para demostrar que se halla esta región tan adelantada como las demás de Austria y las de Alemania en lo relativo á edificios escolares, planes de enseñanza, gimnasia y cuidados del cuerpo, así como en la higiene privada y pública, en su conexión con la educación de la juventud: cuestiones cuyo estado en un país basta para señalar el nivel de su cultura. Describe, como ejemplo, en cuanto al primer punto, el gimnasio de Agram, en el cual no falta ninguna de las condiciones que la moderna pedagogía exige; después, el horario, cuadro de clases y material de enseñanza en las escuelas primarias y secundarias. Entre los ejercicios corporales, figuran en preferente lugar las excursiones; las escuelas superiores disponen de un yate, para las que hacen por mar todos los años: en el último, ha llegado hasta Venecia una de 80 alumnos de la Universidad, con un profesor (1). Por lo que hace á la higiene, es atendida como merece. No hay médicos escolares, aunque se ha cuidado de que no carezcan los alumnos de asistencia gratuita, en casos precisos. Opina el autor que, para atender á la salud del niño, es preferible tener maestros con suficientes conocimientos de higiene y fisiología (y se ha tendido á esto en Croacia, estableciendo en la Universidad una cátedra especial de higiene) que facultativos oficiales, cuyas visitas no es probable que coincidan siempre con el momento de iniciarse los síntomas de una enfermedad en los alumnos (2); sin negar los servicios que pueden los últimos prestar en los múltiples problemas higiénicos de la escuela. Fuera ya de la escuela, hay

gimnasios particulares, un establecimiento ortopédico en Agram, sociedades de propaganda y fomento de la educación corporal, la revista «Gymnastica», una literatura higiénica, bastante adelantada, el sanatorio de niños fundado por el archiduque José, y la institución de Colonias escolares, si bien con deficiencias, porque son escasos los escolares pobres que de ellas participan; en parte, suple su efecto la circunstancia de que son pequeñas las ciudades y está el campo muy cerca.

Sociedades y reuniones.—En la Sociedad alemana de higiene pública, de Berlín, habló A. Edel sobre los médicos escolares, expresando su confianza de que éstos lograrán en su ministerio desvanecer los recelos de sus colegas, de los maestros mismos y de los arquitectos, respecto de la nueva institución. El fin último deberá ser que todo alumno tenga su registro de antecedentes sanitarios, revisado cada semestre; nada de conferencias, ni de enseñanza de higiene en la escuela (que ha de darse en Normales y Universidades); sino resolver las consultas del maestro, marchar de acuerdo con él en lo que pudiéramos llamar fisiología de la enseñanza, en la práctica la gimnasia y en la prevención de las epidemias. Se declaró contrario al examen final para obtener certificado para el servicio militar voluntario de un año, tan pesado como el del bachillerato.—Al abrirse el tercer Congreso de juegos del pueblo y de la juventud (Bonn, 2-4 Julio) se manifestó que la ciudad de Dresde había señalado dos millones de marcos para campos de juego. Versaron los debates sobre la necesidad de hacer obligatorio el juego para las escuelas superiores, y de aumentar una tercera clase semanal de gimnasia; y así se formuló en las conclusiones, con alguna opinión en contra, fundada en que no se debe imponer más cargos á la escuela ni á la familia. Se escuchó con gran interés una proposición sobre «Juegos de los muchachos en vacaciones.»

Varietades y noticias.—Detalladas observaciones del profesor Dankwarth demuestran que, con la ventilación artificial de las clases, nunca queda el aire completamente puro, sino que éste se mezcla con el viciado. Debe, por tanto, recomendarse la ventilación por corriente, manteniendo abiertas

(1) Agram tiene 21.000 habitantes: compárense estos datos con el régimen escolar y universitario de Madrid.—*N. de la R.*

(2) La Revista halla muy compatibles ambas cosas, y con razón.—*N. de la R.*

cierto tiempo puertas y ventanas (de uno á diez minutos durante las clases, según la temperatura exterior), sin temor á enfriamientos. Estos son más fáciles de contraer cuando está permanentemente abierta alguna ventana: pues en este caso se enfrían las capas inferiores del aire, del suelo y las paredes, en desproporción con las superiores.—Resultado análogo ofrecen, respecto del ácido carbónico contenido en la atmósfera de las clases, los ensayos del Dr. Max, quien aboga asimismo por la ventilación de corriente, aun en las localidades de montaña, que con mucha frecuencia descuidan este importante punto (1).—Opina el Dr. Bürgerstein que sería fácil adquirir en las zonas antiguas de las ciudades solares para campos de juego, mediante algún desembolso que las familias acomodadas de la vecindad hicieran, en concepto de renta y hasta de amortización lenta. (La Revista cree preferible excitar á los municipios para incluir ésta entre sus otras preferentes atenciones). Como no se puede dividir la semana en partes iguales, dejando en medio un día de descanso, se va generalizando la opinión de que lo más conveniente es suprimir las clases del miércoles por la tarde y las de la mañana del jueves, para tener veinticuatro horas libres á igual distancia del domingo.—La revista *La Salud* recomienda el linoleum para los pisos de escuelas, hospitales, etc.—De los datos antropométricos reunidos en San Luís (Estados-Unidos) el año 1882, acerca de 33.500 niños, resulta que los más precozmente desarrollados tienen también mayor desarrollo físico, y que los muchachos exceden en peso á las muchachas, excepto en el período del desarrollo sexual de éstas.—De los accidentes en el trabajo agrícola que hubo en Austria baja, desde 1890 á 96, más del 10 por 100 ocurrieron

(1) Sabida es la repugnancia y aun terror con que los pueblos atrasados miran en general las corrientes, la ventilación y hasta la pureza de la atmósfera al aire libre. Véase sobre esto lo que dice el Conde de Cabarrús en su *Ensayo de Carlos III*, Madrid, 1879, en 4.º, pág. xiv, al hablar del informe dado en 1760 por los médicos de Madrid, contra el proyecto de limpieza de las calles, en el que sostenían que los vapores mefíticos eran un correctivo saludable de la rigidez del clima. Por lo demás, cualquiera que entre hoy en tranvías, teatros, cafés, alcobas, etc., comprenderá que aun no hemos salido de aquel modo de pensar.—*N. de la R.*

en niños de 8 á 15 años. El establecimiento de seguros contra la invalidez ha pedido al Gobierno que prohíba el empleo de niños de edad escolar en la explotación agrícola por máquinas.—«Moderación en los placeres y un conveniente ejercicio corporal,» recomienda el Rector de la Universidad de Bonn á los estudiantes, como esencial condición para mantener la salud. Indica los sitios de la ciudad en que pueden practicar los deportes, y sobre todo el grandioso Rin y la espléndida montaña.—La nueva revista de higiene escolar «Juventud y salud,» redactada por conocidos médicos y profesores, ofrece gran variedad de lectura y excelente doctrina.—En el Congreso internacional olímpico del Havre, quedó reconocido como fin preferente del renacimiento físico, la armonía entre la gimnasia, los ejercicios atléticos y los juegos; que éstos deben quedar al arbitrio de los alumnos (se recomienda el de pelota á pala) y que conviene publicar el nombre de los que en ellos se distinguen; que la higiene corporal debe enseñarse en los tres grados de instrucción; que se adopte la hidroterapia en todo establecimiento; que cada escolar conserve los datos de su desarrollo físico, y que los profesores de gimnasia sufran examen oral, escrito y práctico de anatomía, fisiología é higiene del niño. Llama la atención de la superioridad hacia la falta de material suficiente.—El Tribunal superior anseático ha desechado la apelación del Ministerio fiscal contra una sentencia absolutoria del inferior en una causa sobre empleo de niños en la venta de leche, definiendo con tal motivo las atribuciones del Senado de Hamburgo en la reglamentación de las industrias.—La Diputación de Solingen protesta contra el empleo de los niños durante las vacaciones, con lo cual se frustra el fin de éstas.—En Königsberg se ha formado una comisión para establecer durante el otoño cursos de gimnasia para mujeres.—La Comisión de colonias escolares de Zurich dispuso que, durante el verano, como en los anteriores, se distribuyese á los niños de las clases elementales que no van en colonia, dos raciones diarias de leche caliente y pan tierno, á las siete de la mañana y á igual hora de la tarde.

Disposiciones oficiales.—Circular del Mi-

nisterio de Instrucción pública de Prusia, comunicando los resultados del informe sobre la creación de médicos escolares en Wiesbaden. Acompaña el reglamento de este servicio y formularios de las hojas sanitarias para cada alumno. Hace notar que no existe ya la prevención de los padres contra esta eficaz institución; antes bien, contribuye á estrechar las relaciones entre la escuela y las familias, y expresa sus deseos de que imiten las demás provincias el ejemplo de Wiesbaden.—Instrucciones del mismo Ministerio en Noruega, para instalar las salas de dibujo. Se dispone que se las establezca en el piso más elevado; que tenga cada alumno 70 cm. de espacio; luz abundante y en alto; las mesas, con 1 m. de altura hasta el borde inferior, y anchas de 75 á 80 cm.

Libros nuevos.—*Higiene de la gimnasia*, por el Dr. F. Dornbluth. Berlin, 1897. Es la obrita resultado de un curso semestral en Rostock y contiene los capítulos siguientes: estructura de los huesos; sistemas muscular y nervioso; la sangre y su circulación; respiración, piel, vestido y habitación; alimentación, higiene de la gimnasia y de los juegos gimnásticos; excursiones; primeros auxilios en caso de accidente. Se trata con excesiva brevedad los puntos relativos á las salas y campos de gimnasia y de juego.—*Gimnasia de los niños de 8 á 14 años*, por Fr. Misselwitz. Leipzig, 1897. En esta primera parte, trata de las generalidades, de los ejercicios de barras y paralelas. Aboga el autor porque se fomente la gimnasia de aparatos, que es la genuina alemana, olvidando quizá demasiado la conveniencia del ejercicio libre, sobre todo para los niños de poca edad y los poco desarrollados.—*Nuestro cuerpo: manual de la anatomía, fisiología é higiene de los ejercicios corporales*, por el Dr. F. A. Schmidt. Parte 1.^a: huesos, articulaciones, músculos (con 278 grabados). Leipzig, 1898. Muestra el autor condiciones de observador y de persona práctica, en este manual, que se aparta notablemente de la rutina de la mayoría de los libros. Desaprueba el ejercicio de la bicicleta, los atléticos en general y el uso del corsé, como nocivos á la juventud. Trata en particular de las desviaciones de la columna vertebral, como debidas á la escuela: cosa que no es totalmente exacta,

pues también puede reconocer por causa el vicioso desarrollo del esqueleto. Pero la Revista cree digna de toda recomendación esta obra y que debe hallar acogida, sobre todo, en las escuelas normales.—J. ONTAÑÓN.

Revue pédagogique.—Paris.

SETIEMBRE.

M. Félix Pécaut.—Dedica una página á dar cuenta de la muerte de este ilustre pedagogo francés, acaecida el día 30 de Julio último. Había sido inspector general de Instrucción pública, y últimamente director de estudios de la Escuela de Fontenay-aux-Roses, de la cual era el alma. El *BOLETÍN* se ha ocupado ya de él (1); y la *Revue Pédagogique* promete hacerlo detenidamente en un próximo artículo.

El Congreso de las «Petites A.» (2), por M. Gabriel Compayré.—El primer Congreso de este género se ha celebrado en Saint-Etienne, el 27 y 28 de Mayo último. Sabida es la importancia de tales instituciones en Francia, donde en tres años su número ha ascendido de 622 á 2.779. Con frecuencia se ha ocupado esta revista de sus progresos, en los cuales ha influido no poco el propagandista de la obra post-escolar, M. Ed. Petit (3). Lo tratado en el Congreso se puede reducir á tres puntos: 1.^o, fin y aspiraciones de la asociación; 2.^o, federación; 3.^o, patronatos, cantinas y mutualidad escolar.—1.^o El carácter de las *Petites A.* se ha determinado (descartando los extremos de dedicarse á los socorros mutuos ó á la prolongación de la escuela, con exclusión un fin del otro) en una forma mixta; pues si bien es necesario que continúe la solidaridad escolar á través de la vida, no lo es menos el que los antiguos alumnos de una escuela se ocupen de los nuevos. Ahora bien, si el fin es claro, no son de tan fácil práctica los medios para alcanzarlo. Las *Petites A.* necesitan muchos asociados, ya que cada uno de ellos puede contribuir con muy poco á su sostenimiento. Para conseguir ese gran número, el

(1) V. el núm. 461 del *BOLETÍN*.—*N. de la R.*

(2) Asociaciones amigables de antiguos alumnos de las escuelas primarias laicas.

(3) V. los números 452, 454 y 455 del *BOLETÍN*.

Congreso no rechaza medio alguno lícito de atraerlos: fiestas, gimnasia, juegos corporales, etc. Se ha censurado vivamente, por algunos que no querían que las *Petites A.* fuesen prolongación de la escuela, la intervención de los maestros. Pero por todos estilos, su colaboración en la obra es indispensable y sería ingratitud no reconocerlo. La fórmula dada por el Congreso ha sido: los maestros serán en las asociaciones *consejeros*, no *directores*.—2.º Las *Petites A.* deben llegar á ser el motor principal de la obra post-escolar: para ello, necesitan mucha fuerza, y ningún medio mejor de obtenerla que asociarse. Así lo pide el Congreso para las que existan en una ciudad ó á lo más en un cantón; pero conservando siempre cada una su autonomía. A este mismo fin se celebrarán Congresos en Lyon (1899) y París (1900). Otro medio eficaz sería la publicación de un Boletín, que se ocupara de todo lo referente á la vida y progreso de las *Petites A.*—3.º Esta sección ha sido encomendada á M. Cavé, iniciador de la idea de las asociaciones. En ella se ha pedido que éstas sean las principales promovedoras de patronatos democráticos, sin pretender competir ni contrarrestar la obra de otros géneros de sociedades. En lo que se refiere á las cantinas, y como quiera que los pocos medios de las asociaciones no les permiten mantenerlas por sí solas, el Congreso pide que, mientras no mejore la situación económica de las *Petites A.*, éstas colaboren á aquella obra por cuantos medios estén á su alcance. Lo mismo se pide para la propaganda de la mutualidad escolar (cajas de auxilios mutuos).—Tal ha sido, á grandes rasgos, la obra del Congreso; en él se ha podido ver cómo se va determinando y llevando á la práctica la idea de la solidaridad. Por último, diremos que han estado representadas en el Congreso más de 50 asociaciones; notándose una aproximación, para sus fines, de todos los grados de la enseñanza.

Discurso pronunciado por M. Bayet, en la distribución de recompensas de la Sociedad de Enseñanza Profesional del Ródano, Lyon (Junio de 1898).—Enumera el autor los progresos de esta Sociedad, paralelos á los de la primera enseñanza francesa desde hace treinta y cinco años, deseando que su obra, apartando cada vez más á la juventud de

las carreras liberales, proporcione un complemento necesario y suficiente para muchos á la obra de la escuela, haciéndose innecesarias las enseñanzas de ortografía y cálculos, que hoy mantiene, y que serán sustituidas por otras superiores.

Discurso pronunciado en la distribución de premios de la Intitución Livet, de Nantes, por M. Marcel Charlot.—La idea del fundador de esta institución, hace cincuenta años, fué un progreso enorme: crear una escuela en que los alumnos, al recibir una enseñanza profesional, aprendiesen al mismo tiempo á ser hombres útiles y buenos ciudadanos. Su espíritu se ha conservado hasta hoy, y no lo pierde, sino lo fortifica, al constituirse en *Escuela Nacional de enseñanza primaria superior y de enseñanza profesional*.

Conversaciones científicas.—Correlación ó solidaridad entre las partes del organismo, por M. H. Beauregard.

Los maestros franceses en el extranjero, por M. Jost.—La Dirección de primera enseñanza ha concedido plazas, subvencionadas con 200 francos para que los maestros estudien en las respectivas naciones (Alemania é Inglaterra) las lenguas extranjeras que tengan que enseñar. Este sistema, aparte de ser el más eficaz para el aprendizaje de todo idioma, proporciona á la vez á los maestros el medio de comparar en vivo los métodos seguidos en su país con los de otras naciones. Inútil es insistir sobre la importancia que esto tiene para el progreso de la enseñanza.

Conversaciones literarias.—Correspondencia de Lamennais, por M. Maurice Pellisson.

Lecturas varias.—La idea de Francia. (Del libro reciente de M. Henry Bérenger, *La conciencia nacional*.)

La prensa y los libros.—En el *Boletín* de la Sociedad general de educación y enseñanza, M. Emile Keller, aludiendo al libro *Las religiosas que enseñan y las necesidades del apostolado* (1), anatematiza la enseñanza de los liceos femeninos y de las escuelas de Sèvres y Fontenay, que hacen de las mujeres todo, menos madres de familia. «El ideal del siglo xx, dice, será producir regimientos de Amazonas.» (La *Rev. Péd.* cita este párrafo como curiosidad).—*Las deformaciones de la lengua francesa*, por M. E.

(1) Véase el núm. 462 del BOLETÍN.

Deschand. Clasifica estas deformaciones en cuatro clases, según sean producidas por cambios: *a)* de significación, *b)* de pronunciación y forma, *c)* de construcción y giros, ó sintaxis, *d)* de género y número. El autor admite la autoridad del uso, pero reconoce á la vez la necesidad de defenderse contra las deformaciones viciosas.—*La organización francesa: el Gobierno, la administración. Guía del ciudadano y manual para uso de las escuelas*, por M. Alphonse Bertrand. Libro útil por lo completo y resumido.—*El delegado cantonal en la Escuela primaria*, por M. Emile Clairin.—J. Michelet. *L'Oiseau*.—*La mer*. (Nueva edición).—*Ciclismo y bicicleta*, por el Dr. Galtier Boissière. Es una enciclopedia ciclista.

Crónica de la enseñanza primaria en Francia.—*Congreso de la Liga de la enseñanza*. El programa comprende en sus cinco secciones las cuestiones de más actualidad.—*Asamblea general de la Asociación de la prensa pedagógica* (28 de Junio último).—*Profilaxis de la tuberculosis*. Conclusiones de la Academia de Medicina.—*Higiene de la infancia*. Tratamiento marino; sus progresos en Francia.—*Colonias de vacaciones*. Reglamento adoptado por la «Asociación de Maestros para la educación y el patronato de la juventud».—GONZALO J. DE LA ESPADA.

OCTUBRE.

La enseñanza integral, por M. Jules Payot.—Es un extracto del libro de M. Bertrand, profesor de filosofía en la Universidad de Lyon, con algunos comentarios. El sistema actual francés de enseñanza secundaria se dirige, sobre todo, á la burguesía. La educación integral de M. Bertrand se dirigirá á la burguesía, si ella la acepta; pero solo del pueblo, de los «proletarios», es de quien espera éxito M. Bertrand. Sólo la Filosofía puede reglamentar el orden de los estudios. «Si Descartes y Augusto Comte convienen en proclamar la unidad de la inteligencia y la unidad de la ciencia, queda casi demostrado que toda enseñanza verdadera debe ser integral y abstenerse de dividir y fraccionar lo que la Naturaleza ha hecho uno é indivisible.» El capítulo referente á Descartes es todo él de un interés muy vivo, lleno de datos interesantes y de una erudición muy precisa, vivificada por un entu-

siasmo comunicativo. El referente á Augusto Comte tiene páginas sobre el espíritu de la enseñanza de las ciencias, en que todos los educadores deberán meditar. El capítulo en que M. Bertrand trata de su nuevo plan de enseñanza, comprende tres divisiones: la primera estudia los institutos y colegios de enseñanza integral; la segunda se ocupa de los maestros y los alumnos, y en la tercera resume los principios pedagógicos del método de enseñanza de las ciencias. Recomienda la supresión de los actuales colegios de segunda enseñanza, de las escuelas primarias superiores, de la mitad de las normales y de un tercio de liceos. Los establecimientos que M. Bertrand imagina serán de dos clases: Institutos y Colegios; los maestros y los programas, los mismos; la enseñanza no comprenderá más que «las siete ciencias fundamentales.» Los institutos comprenderán cursos nocturnos para los jóvenes ocupados por el día en sus oficios ó aprendizaje: durarán sus estudios siete años. En los colegios, durarán sólo cuatro años, y estarán reservados para los «profesionales del estudio». En la segunda parte, en la que se refiere al profesorado y á los alumnos, dice que los jóvenes y las jóvenes recibirán la misma enseñanza. No habrá que aumentar el número de maestros; se llamará á todos aquellos que sepan bien su oficio; á la gente joven, cuyo concurso vemos, por la *extensión universitaria* inglesa, que es bien apreciable. Lo que nos falta, añade, son escuelas *prácticas* de lenguas vivas, como las escuelas suizas, en que un alumno mediano sale de la enseñanza primaria en estado de *hablar y escribir* tres lenguas vivas, lo bastante para la práctica comercial. M. Payot acaba diciendo que las conclusiones «prácticas» del libro de M. Bertrand no parecen, ni muy precisas, ni realmente prácticas; pero este libro contiene páginas de alto valor sobre la moralidad de la ciencia.

Un Congreso post-escolar en Amberes, por M. Ed. Petit.—Ha sido organizado por la *Federación Real de los propagadores de la gimnasia escolar*, sociedad formada entre profesores y maestros para vulgarizar la gimnasia racional y recreativa. El Congreso ha sido internacional; se celebró los días 28, 29 y 30 de Agosto último. M. Cupérus, presidente de la Federación belga de gim-

nasia, reclama un local y los útiles necesarios para la práctica de la gimnasia en cada Ayuntamiento. Se hacen, además, algunas aclaraciones á los maestros que veían en la obra nueva un recargo de trabajo para ellos. Se trata el problema de la formación del profesorado para la gimnasia escolar: el Dr. Poiry, del Ateneo Real de Bruselas, pide en su Memoria que en todas las Universidades belgas se formen profesores de educación física; que se funden *Círculos académicos de educación física*, constituídos por los estudiantes, y que haya en cada Universidad un gimnasio y un campo de juegos al aire libre. M. Landrain, de Amberes, quiere también el establecimiento de esos mismos cursos y la instalación de laboratorios, con aparatos de precisión para medir el trabajo de los alumnos, según el estado de desarrollo, salud, etc. En la última reunión del Congreso, fué objeto de una manifestación de simpatía M. Jorge Démeny, con motivo de una conferencia sobre su sistema: quiere que haya «una educación para evitar el derroche de nuestra actividad»; expone el plan de lo que debe ser la «antropotecnia», que comprende un conjunto de perfeccionamientos: 1.º, de la *salud* (efecto higiénico); 2.º, de la *belleza* (efecto estético); 3.º, de la *virilidad* (efecto moral y psíquico), y 4.º, de la *habilidad* (efecto económico y educación de los sentidos). Son aprobadas por unanimidad las conclusiones siguientes: 1.ª, que existe la materia de una enseñanza superior de educación física. 2.ª Tal enseñanza tiene un carácter universal. En consecuencia, se pide á los Gobiernos que establezcan dicha enseñanza superior de educación física.

El incremento industrial y comercial del pueblo alemán, según M. Blondel, por M. Aignan.—Ha publicado M. Blondel un libro muy interesante, lleno de datos y cifras, que demuestran el progreso que desde 1872 han realizado el comercio y la industria alemanas. Desde 1875, ha aumentado el número de obreros en Alemania en un 61,66 por 100. La extracción de la hulla se ha elevado, de 20 millones de toneladas, á 100. La producción del hierro se ha duplicado. En las grandes industrias químicas, ocupa Alemania el primer lugar. Sin embargo, lo que ha sobrepujado á todas las indus-

trias y lo que ha dado el mayor avance desde el año 75, ha sido el comercio de exportación. Hamburgo recibía al año de 3.000 á 4.000 barcos; hoy entran 11.000. Estos resultados son debidos, dice M. Blondel, á que Alemania pensó, á raíz de sus victorias, que éstas no bastaban para tener prosperidad; hace falta el trabajo en tiempo de paz y el concurso de todos. Para proporcionar á los armadores y á las corporaciones comerciales gente escogida, se han creado escuelas de enseñanza comercial y profesional, que son muy concurridas. Mientras en Francia cuentan un total de 635 alumnos, las 11 escuelas de comercio existentes, sólo en la de Hanover hay unos 1.000, con más de 80 profesores, y á la de Berlín han asistido, en 1896, más de 2.500 estudiantes. Pero no es solo el número lo que da á estas escuelas importancia, sino la dirección, el impulso activo y práctico impreso á los alumnos que las frecuentan. De ellas salen, subvencionados por el Gobierno, esos exploradores que van por todas partes á visitar puertos, arsenales, fábricas, etc., y á los que autoriza, para disimular mejor su nacionalidad, á establecerse en el extranjero, á naturalizarse, con la única condición de que den á los agentes consulares y diplomáticos el detalle exacto de todo lo que hayan aprendido y sorprendido. En Alemania, cada oficio tiene su escuela profesional; pero, además, la juventud alemana está educada en vista de la vida activa; tiene gran amor á los viajes y al trabajo; aun los hijos de comerciantes ricos hacen sus viajes como simples agentes comerciales, pasando mil privaciones. Por último, recomienda M. Aignan que se introduzca ese espíritu en las escuelas comerciales francesas; que se interese á los jóvenes en los problemas comerciales, con objeto de que encuentren en ese trabajo algo que les haga perder el desdén con que hoy lo consideran; que al salir de los liceos y colegios tengan amor al trabajo y á la lucha, deseo de valerse por sí y no cuenten con la ayuda material de los padres ó la protección de un jefe político.

Los métodos pedagógicos empleados en la enseñanza de los ciegos, por M. J. Dussouchet.—Con motivo de una visita hecha á la Institución nacional de ciegos, hace una pe-

queña descripción del edificio, algo de la historia de la lectura de Haüy y del sistema de escribir que Braille inventó con igual fin. Esta institución nacional tiene próximamente 250 alumnos de ambos sexos, alojados en dos salas separadas. Las enseñanzas profesionales comprenden, para los muchachos, el hilado, el arreglo de sillas, el torno, la afinación de pianos, y para las niñas, hilado, costura, punto, y otros entretenimientos. Tanto unos como otras, son preparados mediante estudios serios para la práctica del órgano y del profesorado musical. Menciona el método seguido en las enseñanzas de historia, geografía, geometría, física, química, etc., notando que las clases de estas últimas son las que más les gustan, aunque en realidad son las que con más lentitud pueden explicarse, porque cada alumno tiene que ir con el profesor á tocar todas las cosas y todos los aparatos.

Informe sobre el examen del certificado de aptitud para el profesorado de las Escuelas Normales y primarias superiores. (Sesión de Junio de 1898), por M. Felix Martel.—Los ejercicios escritos han sido flojos, como suele ocurrir cuando los temas son sencillos, no sólo por el contenido, sino también en la parte literaria: esto, por lo que se refiere al trabajo de pedagogía. El de literatura también ha dejado que desear, en cuanto al estilo. El de historia y el de geografía acusan falta de seguridad en las ideas y mala elección en los detalles. Análogos defectos tuvieron los ejercicios de geografía. Sólo el de lenguas valió algo. Los ejercicios orales no fueron mejores, dice M. Martel, lo cual hizo que, de los 186 aspirantes, sólo á 9 haya podido conferirse el título.

La preparación de la clase, por M. L. Derries.—Extracto de un artículo publicado en el *Boletín de Instrucción primaria de la Mancha*, en el cual el autor dice cómo los maestros hacen la preparación de sus clases y cómo debieran hacerla; recomienda las lecturas libres, como medio de cultura y fuente de conocimientos útiles para la escuela, proscribiendo las lecciones publicadas en periódicos profesionales, por no estar al alcance de los niños en el momento preciso en que el maestro las lee, ni ser nunca de oportunidad.

Conversación científica, por M. P. Puiseux.—Consideraciones acerca de la proceden-

cia de los aerolitos é hipótesis sobre la formación de las montañas lunares, según M. Alsdorf, conforme á la teoría balística.

La prensa y los libros.—*Hector Malot; trozos escogidos*, por M. Meunier. Deja bastante que desear, dado el carácter literario del autor.—*Victor Cousin; trozos escogidos*, por Th. de Wyzewa. Ha despojado la imagen de Cousin del velo suntuoso con que sus partidarios le presentaban en las horas triunfantes de sus éxitos y su poder; pero al propio tiempo reconstruye los verdaderos rasgos del jefe de escuela. Reconoce que Cousin ha cometido, por lo menos, una falta grave de conducta, cuando tuvo la pretensión de transformar su sistema en filosofía de Estado. M. de Wyzewa estima que este sistema, que hizo tanto ruido, no tenía nada de trascendental; pero cree que, tal como es, se acomodaba bien al pensamiento francés y que, á pesar de las apariencias, estas ideas no han perdido de modo alguno todo influjo sobre los franceses.

Revista de los boletines departamentales.—*El método artístico.* Discurso de M. Doli-veux, inspector de Academia, en la reunión anual de los antiguos alumnos de la Escuela Normal de maestros de Beauvais, aconsejándoles el método activo: pocas palabras y mucho tacto; que los niños comprendan las cosas; por pequeños que sean, pueden reflexionar sobre ellas.—*Cómo se funda una asociación de antiguos alumnos.* Cómo en un sitio muy aislado ha conseguido el maestro hacer una asociación de antiguos alumnos. Fundada en 1896, cuenta hoy con 128 miembros, de los cuales 84 son labradores, 29 albañiles y 15 no tienen aun profesión; bien es verdad que algunos tienen de 12 á 16 años. La cuota mensual es de 5 céntimos, lo cual ha permitido adquirir algunos libros, cuya lectura reúne á los alumnos en la escuela.

Crónica de la enseñanza primaria en Francia.—Extracto del discurso pronunciado por M. Compayré en la distribución de premios de las escuelas superiores de Lyon. Hace la historia de estas escuelas, que son obra puramente democrática y republicana; datan de la tercera República. En 1878, se inscribió un modesto crédito de 110.000 francos en los presupuestos del Estado para animar á los ayuntamientos á crear estas

escuelas; en 1897, se aumentó este crédito á la suma de 2.327.127 francos, y ya, desde 1896, una ley orgánica consagró su existencia legal. Hoy tiene Francia 293 escuelas primarias superiores, con 30.000 alumnos. Llenan un doble cometido práctico y teórico: la continuación de la cultura general, al propio tiempo que la preparación para los oficios; son las únicas que en Francia realizan la enseñanza integral.—
ISABEL SAMA.

Revue internationale de l'enseignement.—París.

ABRIL.

La enseñanza de las ciencias aplicadas en la Facultad de Ciencias de Nancy, por E. Bichat.—Desde su fundación, en 1854, aspira la Facultad de Ciencias de Nancy á verificar la alianza entre la ciencia y la industria. En los laboratorios se procura resolver al mismo tiempo los problemas científicos y los industriales, esforzándose en crear lo que M. Faye llama «la tercera Facultad», una Facultad de industrias. Desde el principio existen clases de física, química, historia natural, arquitectura, dibujo é higiene, profesadas por la noche. En 1868, se inauguró una nueva clase: aplicación á las ciencias agrícolas de los datos teóricos suministrados por la química, la física, la fisiología animal y vegetal y la meteorología. En 1870, decae; en 1876, sólo continuaba floreciente la cátedra de química agrícola, con una estación agronómica aneja. Pero, en 1883, la Facultad pensó en reorganizar la enseñanza destinada á los jóvenes industriales. El Consejo general de Meurte-et-Moselle dió 100.000 francos, el de los Vosgos 10.000, la ciudad de Nancy 390.000 y 500.000 el Estado, para la fundación de un Instituto anatómico y un Instituto químico, que se terminaron en 1890 y en los cuales se instalaron, además de los antiguos estudios de química general, química orgánica, química industrial y química agrícola, otros de materias colorantes, química física, con técnica de la tintorería; física industrial (aplicación del calor y de la electricidad), mecánica aplicada (motores), laboratorio para la fabricación de cerveza y escuela de cervecería. El estudio de las aplicaciones de las

ciencias no ha perjudicado á las investigaciones de carácter puramente científico; sobre que no existe realmente distinción entre la ciencia pura y la ciencia aplicada. Las Universidades, que aparentemente sólo son fuente de ciencia, son también por añadidura fuente de riqueza.

La enseñanza de la historia de las legislaciones comparadas, en el Colegio de Francia, por Jacques Flach.—Algunas de las materias tratadas, desde 1879 hasta la fecha, darán idea del método y la actividad científica que emplea el ilustre profesor: historia de la propiedad territorial en Francia; condición de las personas y de las tierras en el siglo xi en Francia; historia del régimen político y del régimen agrario de Irlanda; historia de las instituciones políticas y privadas de Hungría; historia de las Universidades y de su misión política en general; historia de la condición de las mujeres en Francia, según los documentos jurídicos y las obras literarias, etc.

Crónica de la enseñanza.—La Universidad de Coimbra ha acordado celebrar el tercer centenario de Francisco Suárez y publicar un volumen de documentos inéditos relativos al «gran profesor de Coimbra».

Sociedad de enseñanza superior. Grupo parisién.—M. Bonnerat ha presentado á la sociedad su ponencia sobre la Extensión universitaria, según fué aprobada en 27 de Marzo. La Extensión universitaria es la difusión de la enseñanza por la acción de las Universidades; trata de esparcir por todas partes, al mismo tiempo que conocimientos, métodos de observación y de razonamiento, el buen gusto y el sentido moral, respetando todas las opiniones y con el firme propósito de no apasionarse más que por las ideas que ofrecen un campo de unión y un interés eterno. Los detalles materiales (horas de clase, matrículas, bibliotecas, círculos, etc.) los regulará cada Universidad. La iniciativa y la dirección partirá de las Universidades, en cuyo nombre se dará la enseñanza y bajo cuyo patronato se organizará, siendo preferentemente uno de los suyos quien abra y cierre los cursos. El personal de la Extensión, además de la Universidad propiamente dicha que se halle á la cabeza del movimiento, comprenderá los miembros de la segunda y la primera enseñanza, los estudiantes de las

Facultades y los especialistas. El público al cual se dirigirá, bastante heterogéneo al principio, se organizará pronto en categorías, según los diversos gustos particulares. Se procurará reunir alrededor de cada profesor un público lo más homogéneo posible, único remedio eficaz contra la incoherencia. Habrá dos tipos de Extensión universitaria: enseñanza sistemática de cultura general y enseñanza sistemática de cultura especial. Cada enseñanza tendrá un *mínimum* de varias lecciones. Se admitirá la conferencia aislada, pero sólo por excepción. Un público, libremente dividido por categorías; materias determinadas de antemano y, en caso necesario, con sumarios impresos y repartidos en la sala; una serie de lecciones sobre un mismo asunto, ante un mismo auditorio: tales son las primeras garantías de buen éxito. Conviene fijar una retribución, por pequeña que sea; la gratuidad absoluta parece quitar valor á las mejores cosas. Después de cada lección, el profesor procurará relacionarse con los alumnos, estableciendo corrientes de estimación y simpatía verdaderas. Sería de desear que se dieran todos los años, por los profesores de las Facultades y de segunda enseñanza, algunas conferencias á los alumnos de las Escuelas Normales. Después, convendría dirigirse á los maestros, fuera ya de la Escuela Normal, y dotados de cierta iniciación científica, reuniéndolos en las capitales de distritos ó de cantón.

MAYO.

La Universidad de Harvard, por C. Cestre.—Descripción de este gran centro de enseñanza, conocido ya hace tiempo de los lectores del BOLETÍN (1). Como notas características de las Universidades americanas y de sus discípulos, pueden recogerse las siguientes observaciones de M. Cestre: «La fuerza de las tradiciones y de la organización secular persiste en las Universidades americanas y aseguran la eficacia de su papel de educadoras. Tienen, sobre las Universidades inglesas, la ventaja de reflejar la constitución democrática de la sociedad y de atraer á su alrededor todas las fuerzas vivas de la nación, me-

(1) Véase la pág. 97 del tomo xv (1891).

dante la prodigalidad de las pensiones, las matrículas relativamente poco elevadas, la baratura de la vida y las ocasiones de trabajo remunerador ofrecidas á los necesitados. Con las cualidades que desenvuelven, se constituye el tipo ideal del estudiante americano. Es sano y robusto. Viviendo en contacto con la naturaleza, ha afirmado en sí el sentido práctico, y nutrido la imaginación de espectáculos de belleza. La sociedad con las señoritas, su respeto hacia el verdadero amor, le ha desviado de la pendiente de la sensualidad, ó del sentimentalismo corrompido. Ha aprendido á interesarse en los asuntos públicos, y adquirido la experiencia de la vida política activa. Proponiéndose un ideal elevado, de energía activa y de dominio de sí mismo, se ha preparado para figurar en esa marcha hacia adelante de las razas anglo-sajonas, cuyo irresistible empuje espanta al mundo.

La admisión de las mujeres en las Universidades, por L. Masquillier.—En las Universidades de Francia, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suiza, Italia, Grecia y Rumanía, se admite á las mujeres en las mismas condiciones que á los hombres en las clases y los exámenes, y se les confieren los mismos diplomas. En Suecia pueden concurrir á las clases, pero se las excluye de los exámenes de derecho y teología. En España, la Universidad de Barcelona las equipara á los varones (1); en la de Granada, han hecho dos los estudios de farmacia; en Salamanca, según informes de Secretaría, no se las admite en las clases, y sólo pueden presentarse á examen y obtener diplomas meramente honoríficos (2). Cierran sus Universidades á las mujeres, salvo contadas excepciones (por ejemplo, Helsingfors, en Finlandia), Alemania, Austria y Rusia. Sin embargo, en

(1) En la de Madrid y en otras pasa lo propio, asistiendo á las clases con los alumnos; y en todas son admitidas á exámenes y grados en todas las Facultades.—*N. de la R.*

(2) V. la nota anterior: los diplomas son exactamente los mismos que para los varones. En cuanto al ejercicio de las profesiones en medicina y farmacia, se les reconocen también los mismos derechos que á aquellos. En derecho, filosofía y ciencias, no tenemos noticia de que se haya solicitado el ejercicio de las profesiones forenses, ó la admisión al profesorado de Facultades ni Institutos.—*N. de la R.*

algunas de ellas pueden asistir á las clases con autorización especial, y sin derecho á examen. En las Universidades inglesas y americanas, no existe distinción alguna entre mujeres y varones, y se preconiza el sistema de la coeducación (1), que, dicen los informantes, ha salido del período de ensayo, y ni intelectual ni moralmente ha dado lugar á dificultad alguna.

Crónica de la enseñanza.—Hay en Alemania 35.981 estudiantes; Berlín, 4.705 alumnos y 3.868 oyentes; Munich, 3.871; Leipzig, 3.064; Bonn, 1.889; Breslau, 1.541; Halle, 1.534; Friburgo, 1.449; Wurzburg, 1.430; Tubinga, 1.289; Heidelberg, 1.230; Erlangen, 1.140; Gotinga, 1.123; Marburgo, 1.042; Estrasburgo, 1.016; Greifswald, 834; Kiel, 727; Jena, 704; Königsberg, 695; Giessen, 663; Rostock, 499; Academia de Munster, 487.

Los colegios comunales.—Extracta la *Revista* un artículo publicado por M. Gebhart en el *Journal des Débats*, proponiendo que los pequeños colegios (hoy organizados lo mismo que los Liceos, á pesar de la diferencia de profesores, alumnos y recursos) se reduzcan á: 1.º, una enseñanza primaria superior; 2.º, una enseñanza práctica, conforme á los intereses económicos de la provincia, del departamento ó de la ciudad (2). Déjese á un lado el griego, el latín, la lógica y la trigonometría, «la distancia de dos puntos inaccesibles» y las «diversas concepciones sobre la materia y sobre la vida»; y sobre un fondo común de francés, geografía, aritmética, geometría, física y química elemental, y una historia de Francia muy general, establézcase, según la región, una enseñanza de agricultura y de economía agrícola, ó industrial, ó mercantil, añadiendo la lengua viva que la situación del colegio indique naturalmente (enseñada por el método vivo de la conversación constante del maes-

tro con los discípulos) y unas nociones de economía política. Después (1), llévase á los alumnos á presenciar las operaciones del cultivo, de la fábrica, del taller; que vean de cerca la obra de la granja, ó de la estación, ó de la mina; que estudien la máquina de vapor en una locomotora, más bien que en un manual; que se paseen del telégrafo al teléfono, á la sierra, á los telares, á la sedería... Se dotaría así fácilmente al país de excelentes agricultores, ganaderos, contra maestros, empleados de ferrocarriles, tenedores de libros, viajantes instruidos, maestros de lenguas extranjeras, y disminuiría en la misma proporción el número de los *déclassés*, de los fracasados, de los descontentos, cuya marea ascendente debiera preocupar á los poderes públicos.

El segundo Congreso de profesores de segunda enseñanza.—Reunido en París los días 14, 15 y 16 de Abril, organizó una Sociedad de asistencia y otra de seguros (cuya falta se deja sentir en España quizá más aún que en Francia). La Sociedad de asistencia socorrerá á las viudas y á las huérfanas de los socios, y á los socios mismos en caso de enfermedad. El comité de administración fijará en cada caso la cuantía del socorro. Se paga 50 francos por año, ó 200 de una vez. La Sociedad de seguros se ha organizado sobre la base de los derechos pasivos reconocidos por el Estado. En el seguro A, reservado á aquellos funcionarios que cuentan menos de 25 años de servicios, las partes van creciendo; en el seguro B, para los funcionarios que tienen más de 25 años de servicios y menos de 60 de edad, van decreciendo. En cada clase, los funcionarios forman grupos de 100, según el número de años de servicios. Los primeros son de 60, 30 ó 15 francos anuales, dando derecho á partes iguales á 1, $\frac{1}{2}$, $\frac{1}{4}$. Así, un funcionario que paga 60 francos y entra en la Asociación á los 24 años, teniendo 2 de servicios, asegura á sus causa-habientes partes fijas de 300, 600, 1.200, 1.800, 3.000 3.200, 3.400 francos, y así sucesivamente, aumentando 200 cada año, si mueren el primero, el segundo, el tercero... el veintiun años. En este momento se disuelve el grupo, al cual pertenece. Los cálculos más seguros prome-

(1) Véase, para rectificar y completar estas noticias, el número 382 del *BOLETÍN*. Siempre hay que distinguir entre la admisión: 1) á los grados académicos; 2) á las clases; 3) al ejercicio de las profesiones.—*N. de la R.*

(2) Es próximamente lo que para el Instituto de Tapia propuso en 1892 el autor de este extracto, como resultado de una visita de inspección. Nuestros Institutos locales prestarían sin duda mejores servicios, organizados en esa forma, que fabricando, con pocos medios, bachilleres.—*A. S.*

(1) ¿Por qué después?—*N. de la R.*

ten afirmar que quedaría un *superavit* en caja. Se la divide de la manera siguiente: una décima parte, para la caja de reserva; tres décimas se distribuyen entre las familias de los fallecidos, que reciben así una parte suplementaria; tres décimas entre los supervivientes, que recobran así parte de sus primas, y otras tres se ingresan en la caja del grupo del seguro B, que sucede al grupo disuelto del seguro A.—Suponiendo que el funcionario tomado por ejemplo haya vivido, pasa al seguro B: continúa pagando su cuota, y asegura á sus causa-habientes cantidades que van decreciendo de año en año, desde 4.000 francos el primero, hasta 1.200 el 15. En este momento, disolución del grupo y nuevo reparto: dos décimas á la caja de reserva, cuatro décimas á las familias de los fallecidos, y cuatro vigésimas á los supervivientes.

JUNIO.

La egiptología en el Colegio de Francia, por G. Maspero.—El primer profesor de Arqueología en el Colegio de Francia fué Champollion el joven, en 1831. Le reemplazó Letronne, en 1832, y á éste Lenormant, en 1849. En 1860, se modificó el título de la cátedra, llamándola «Filología y Arqueología egipcias» y nombrando profesor á Rougé. Desde Febrero de 1874, la desempeñó Maspero, el cual hizo, hasta 1880, la Historia de la XII dinastía, valiéndose de los textos hieráticos, de los *Papyrus* de Berlin, las inscripciones de Beni-Hassan, los ritos funerarios, cuadros de la vida de ultratumba, etc., y facilitando el trabajo de los asistentes á la clase por medio de importantes publicaciones. De 1881 á 1886, se confió la cátedra á tres suplentes: á M. Gréban, que analizó de nuevo cierto número de textos célebres, para fijar su estructura poética y sus variados ritmos; y á Lefébure (1884-85) y Guiyette (1885-86), que se dedican con preferencia á la interpretación de escritos religiosos. Desde 1886, Maspero dedica una serie de lecciones al análisis minucioso, gramatical y mitológico, de los capítulos más importantes de las Pirámides escritas, y otras sucesivamente á las investigaciones sobre la constitución política del Egipto menfita, la organización de la familia y la sociedad, el régimen

de la propiedad, el desenvolvimiento del feudalismo militar. En doce años, apenas se ha agotado el tema, y sólo hace algunos meses se decidió el profesor á entrar en la crítica de los monumentos del primer Imperio tebano. El Egipto encierra todavía bastantes monumentos sepultados, para proporcionar temas perpetuos de descubrimiento á veinte generaciones de profesores.

En pro de la enseñanza clásica, por Manuel des Essarts.—Contestación á los famosos artículos de Lemaître. El autor cree necesaria la enseñanza clásica aun para los industriales y los comerciantes; insiste sobre la virtud profundamente educadora de las obras maestras de la antigüedad y sobre las afinidades del idioma y el pensamiento francés con las literaturas antiguas («Cornille es de Rouan, pero su alma es de Roma», decía Victor Hugo). Grecia y Roma son los dos maestros y señores de la inteligencia francesa.

La extensión universitaria y la Universidad de Clermont, por H. Hauser.—En Clermont: Conferencias públicas, los viernes por la noche (ante unas 350 personas), dadas por profesores de la Universidad y del Liceo Blas Pascal; Conferencia á obreros, en las salas de la Unión de los sindicatos obreros de Clermont, y conferencias en las Escuelas Normales.—Fuera de Clermont: Conferencias en Moulins, organizadas por la Sociedad de Conocimientos útiles, en el Museo de Riom, en Thiers, Montluçon, Tulle, Brive y el Puy. M. Hauser desea que se organicen pequeños cursos, de seis á doce lecciones, para un público homogéneo, y que los estudiantes se encarguen de escuelas de adultos, bajo la dirección de los profesores.

Una enseñanza de Historia diplomática en la Escuela libre de Ciencias políticas, por M. Caudel.—Resume el autor de este artículo en los siguientes términos las notas características de la obra de M. Alberto Sorel en la Escuela de Ciencias políticas desde hace veintiseis años. Parte de hechos conocidos; separa lo principal de lo accesorio; determina los móviles y va á buscarlos allí donde se encuentran; á la primera señal, busca su punto de vista y piensa alternativamente como piensan los que observa; busca las causas profundas donde se ocultan; después de haberse elevado á las consideraciones generales y lejanas, únicas que

explican los sucesos, desciende de nuevo á las consideraciones prácticas, únicas que explican las soluciones... Reune á los alumnos, fuera de la clase, en una conferencia semanal. Después de haberles dado las indicaciones bibliográficas necesarias, les dice cómo se hace un trabajo, cómo se leen los documentos, cómo se los resume, lo que se puede sacar de sus notas y cómo se forma un plan. Los pone al corriente de las prácticas diplomáticas, del vocabulario y de la redacción de los despachos: después de haberles enseñado el arte, les enseña el oficio. Hace hablar á los alumnos, organiza un Congreso, imagina una negociación, da á cada uno la representación de una potencia y reúne á los plenipotenciarios... Y los que han entrado niños, salen hechos hombres; no se trata en vano tan profunda y luminosa inteligencia.

Crónica de la enseñanza.—Los cursos de vacaciones en las Universidades de Ginebra y Lausana y en el Seminario de Neuchâtel, se han visto muy concurridos. Los estudiantes de Ginebra reclaman la fundación de una sala de lectura bien provista de periódicos, como la *Universitäts-Lesezimmer*, de Leipzig.

JULIO.

El reclutamiento de los estudiantes en la Facultad de Letras, por D.—Se teme que escaseen los alumnos en las Facultades de Letras, ó por mejor decir empiezan á escasear ya y se propone la creación de un certificado de estudios que sirviera para ingresar en la Facultad de Derecho, análogo al certificado P. C. N. (Física, Química y Ciencias naturales) para Medicina y Farmacia. El autor cree será conveniente buscar un medio de favorecer no sólo esa penetración de los grupos de Facultades dos á dos, sino la penetración universitaria propiamente dicha, que es la que mejor responde al concepto de la Universidad.

Un voto de la Academia de Inscripciones, por Miguel Bréal.—No existe en las Universidades francesas, excepto en Lyon, una sola clase de lengua oriental (1). Y dice con ra-

zón M. Jenert, el eminente indianista, que una Universidad digna de este nombre debe poseer, por lo menos, una enseñanza de las lenguas y de las antigüedades de los países arios, una enseñanza de las lenguas y de las civilizaciones semíticas, y una enseñanza de la historia de Oriente. La Academia de Inscripciones propone que se vayan creando estas cátedras, empezando por Burdeos, Montpellier y Lila.

Crónica de la enseñanza.—M. Felipe Berger ha publicado en el *Journal des Débats* un artículo sobre el Colegio de Francia, en el cual muestra la importancia de este centro de cultura, «que en medio de la fiebre de exámenes que nos rodea, dice, representa todavía entre nosotros la Ciencia, porque no tiene otro fin que la investigación de la verdad, sin ninguna preocupación del interés inmediato que se pueda sacar de ella». El autor desea, como M. Jacob Flach, que la Escuela práctica de Altos Estudios y el Colegio de Francia, centros nacidos del mismo pensamiento y animados del mismo espíritu, se unan sin confundirse, para formar un gran cuerpo de enseñanza libre, en el cual la Escuela de Altos Estudios sería el seminario del Colegio.—Los profesores de Derecho público y Derecho constitucional comparado, Economía política é Historia de las doctrinas canónicas, de la Universidad de Dijon, han sustituido en gran parte á la lección, propiamente dicha, ejercicios variados cuyo rasgo común es reemplazar el trabajo pasivo del estudiante por una especie de colaboración activa y constantemente despierta: preguntas sobre materias previamente indicadas, trabajos y notas de los alumnos, exposiciones orales, hechas por los mismos.—El Consejo de la Universidad de Lila ha votado una subvención de 500 francos en favor de un laboratorio de ciencias de la educación, destinado principalmente á recoger informaciones regionales sobre la psicología de la infancia y la pedagogía.

La enseñanza secundaria.—Reune bajo este título M. Bonnerot textos de Des Es-sarts, Bagehot, Bréal, Brunetière y del mismo Lemaître favorables á la enseñanza

(1) M. Barth, á quien cita el autor, ha hecho la lista de las Cátedras orientalistas de Europa y sólo menciona á

España entre las que no tienen ninguna. Sin embargo, contamos con una cátedra de sanscrito y varias de hebreo. —(N. de la R.)

clásica, mientras que Lemaitre, en su nuevo artículo del *Figaro*, invoca autoridades contrarias (Bonvalot, Fouillée, Coubertin, Berr, etc.), y explica claramente sus propósitos, que son: 1.º Suprimir la enseñanza secundaria clásica y la enseñanza moderna, francesas, tal cual están organizadas; 2.º Constituir en la mayor parte de los Liceos y Colegios una enseñanza nueva, dada de 12 á 16 años, que comprenda un curso de Lengua y Literatura francesas, un curso de Lenguas extranjeras y especialmente de alemán y de inglés, nociones de Historia y de Geografía, de Algebra, de Geometría, Física, Química, Historia natural; juegos, gimnasia, *sports* diversos, excursiones, visitas á talleres y fábricas, y aprendizaje de un oficio manual. Sólo después de estos estudios generales entrarían algunos alumnos en uno de los grandes Liceos.

La Extensión universitaria.—En la *Revue universitaire* de 15 de Abril, publica M. Candiani algunas noticias acerca de la extensión universitaria en Moscou y San Petersburgo. Profesores de Gimnasio y Progimnasio y maestros dan sus cursos en el centro de los barrios obreros de Moscou. En San Petersburgo M. Grigorieff ha tratado de establecer una Universidad popular.—En Caen existen, desde hace cuatro años, cursos cuyo fin es llevar á conocimiento del público la enseñanza de las Facultades. Funcionan durante el semestre de verano. Se componen de tres cursos, correspondiendo á cada uno una lección semanal. Los temas de este año son: 1.º Cuestiones electorales. 2.º El Gobierno parlamentario. 3.º Le Play y su escuela.—Bajo el epígrafe *¿Cursos ó conferencias?* estudia M. Max Leclerc la importante cuestión del procedimiento que conviene emplear en la Extensión universitaria. Es preciso que la Universidad vaya al pueblo, puesto que el pueblo no puede venir á la Universidad, y para acercársele debe conservar, en su misión al exterior, el mismo espíritu y el mismo objeto que en su vida interior, aplicando á la Extensión sus procedimientos habituales de enseñanza, aunque adaptándolos al nuevo medio. Por eso son de necesidad absoluta los Cursos ó series de lecciones (seis por lo menos) sobre el mismo asunto.—A. SELA.

ENCICLOPEDIA.

VALOR HISTÓRICO

DEL TESTIMONIO PRESENCIAL

por D. Valentín Letelier,

Catedrático de Derecho en la Universidad de Santiago de Chile (1).

SUMARIO.—§ 1. Vicios del testimonio humano.—§ 2. Parcialidad de los cronistas.—§ 3. Ignorancia de los cronistas.—§ 4. Credulidad de los cronistas.

§ 1.—*Vicios del testimonio humano.*—Punto que en las obras históricas del pasado nos causa particular extrañeza, es la ciega confianza que los historiadores depositan en el testimonio de los contemporáneos. Los relatos de los contemporáneos parecieron siempre tan fidedignos, que hasta fines de la Edad Moderna se ha creído por todos que las crónicas eran la más fiel expresión de la verdad histórica. A pocos, á muy pocos, se ocurrió la idea de que los cronistas y los analistas son simples testigos, y que en este carácter se los puede tachar cuando relatan un suceso ante la posteridad, por las mismas razones que se los puede tachar cuando ante la justicia declaran lo que de él han visto ú oído.

Esta confianza en la veracidad del testimonio presencial es fruto de una predisposición del espíritu que se forma y se desarrolla en la vida social: la predisposición á prestar crédito á la palabra de nuestros semejantes, siempre que no tenemos motivos especiales para negárselo. So pena de vivir mortificados por la desconfianza contra las personas más caras, por la sospecha de mistificación y de engaño, por la indecisión sobre lo que debemos hacer, á cada momento tenemos que prestar asenso á las aseveraciones del testimonio ajeno.

En fuerza de esta propensión moral, creemos conocer con exactitud la verdad de un suceso, cuando lo hemos oído referir á un testigo cualquiera, y prestamos al narrador completo crédito, sin fijarnos en que, invariablemente, cuando varias personas movidas por intereses opuestos dan testi-

(1) El presente estudio forma parte de un trabajo de largo aliento. Lo advierto, por vía de explicación de algunas referencias que se hacen en su contexto.

monio de un hecho, los relatos son tan diversos, que aun los jueces más expertos suelen quedar sumergidos en mortificantes perplejidades.

Lo mismo pasa á los historiadores: porque cuando disponen de más numerosos medios de indagación y comprobación, gastan más escepticismo para estudiar los sucesos del pasado; y por el contrario, cuando no conocen más fuentes de informaciones históricas que el testimonio personal, aceptan sin indecisión todos aquellos que el relato oral atestigua y que no se contradicen entre sí (1).

Entretanto, hasta qué punto el testimonio humano, aun el testimonio actual y comprobable, puede engañarnos ó equivocarse, nos lo manifiestan las sumas dificultades con que los tribunales tropiezan diariamente en la averiguación de la verdad.

Sábese que, en sustancia, la función judicial consiste en la declaración de que, supuestos tales ó cuales hechos, el derecho corresponde á Fulano, ó la culpa se debe imputar á Zutano. Por consiguiente, la averiguación de los hechos es base de toda sentencia, sin distinción de las causas civiles y criminales. Supuesta esta base, podría parecer tarea de poco momento averiguar si han ocurrido ó no los que se aducen como fundamento de la declaración que se pide. Para descubrir la verdad, el juez cuenta con la ayuda de una de las partes, en las causas civiles, y en las criminales, con las de un fiscal y de los agentes de policía; sigue procedimientos que han sido ideados para garantizar la eficacia de las indagaciones y que están sancionados por una práctica veinte veces secular; compulsas escrituras, recibe informes periciales, practica vistas de ojo y oye testigos que elige escrupulosamente entre las personas más limpias de tacha. Sin embargo, no hay hombre de mediana experiencia judicial que no haya notado cuán á menudo se condena á personas inocentes, se absuelve á grandes culpables y se desechan demandas justísimas, principalmente porque los hechos probados en el

expediente discuerdan, en puntos más ó menos graves, de los ocurridos en la realidad (1).

Con dificultades aún mayores tropiezan en los casos de contiendas apasionadas, aquellos observadores imparciales que tratan de averiguar á quiénes se ha de imputar tal ó cual delito, quiénes fueron sus inmediatos ejecutores, quiénes sus ocultos inspiradores, quién lanzó la primera injuria, quién la primera piedra. En casos de esta naturaleza, todos son partes interesadas, cuáles en favor, cuáles en contra; cada uno cree haber visto lo que conviene á su secta ó á su partido; nadie presta declaraciones que puedan dañar á sus correligionarios, y no es raro que dos ó más fanáticos se disputen la gloria de haber cometido un delito enteramente imaginario. Estalla entonces la diferencia de los relatos, la contradicción de las versiones, y el que oye á todos no acierta en el primer momento á distinguir la verdad de la mentira.

Exactamente igual á la tarea del juez que quiere dictar un fallo bien fundado, es la del historiador que quiere narrar con exactitud los sucesos. Lo que uno y otro hacen es investigar la verdad de los hechos. Si éste emplea en sus investigaciones medios de prueba, aquél recurre á las fuentes de información; y el que se propone estudiarlos para relatarlos no tropieza con menos dificultades que el que está obligado á investigarlos para hacer justicia. Los mismos intereses y las mismas pasiones vician el testimonio que se pide por la justicia y el que se consulta por la historia. Si se da testimonio de una derrota, ninguno asume la responsabilidad. Si se lo da de una victoria, todos se disputan la participación decisiva. Si se trata de narrar sucesos de carácter político ó religioso, se tropieza con que los contemporáneos han incurrido en insalvables contradicciones. Trabajo me ha costado (dice Tucídides, contemporáneo de los sucesos que narra) descubrir la verdad de aquellos que no he presenciado, porque los testigos oculares no siempre andan de acuerdo

(1) Bourdeau, *L'Histoire et les Historiens*, lib. III, capítulo II, § 2, pág. 308.

(1) Bourdeau, *L'Histoire et les Historiens*, lib. III, capítulo I, § 6, pág. 266.

y discuerdan según sus simpatías ó la fidelidad de su memoria (1).

Cuando Walter Raleigh, arrestado en la Torre de Londres, se ocupaba en escribir la segunda parte de su *Historia del Mundo* (dice Bourdeau), un día fué interrumpido en su trabajo por el bullicio de una riña que había estallado bajo las ventanas de su prisión. Con mirada atenta observó todos los incidentes y quedó persuadido de haberse dado cuenta exacta del suceso. Mas como al día siguiente platicara acerca de los incidentes de la riña con un amigo que había sido testigo y aun parte activa, fué contradicho por éste en todos los puntos; y después de reflexionar sobre tan extraño desacuerdo, concluyó que por medio del testimonio no se puede conocer con certidumbre los sucesos del pasado (2).

Esta desconfianza contra las informaciones testimoniales no carece por completo de fundamento. Nadie ignora que, de todos los medios probatorios empleados ante la justicia, el más imperfecto, el más peligroso, el más expuesto á errores y á fraudes es el de las declaraciones testimoniales. Día á día se ve en los tribunales que por medio de testigos cada cual prueba plenamente los hechos más contrarios á la realidad, que el casado es soltero ó que el soltero es casado, que el bastardo es legítimo ó que el legítimo es bastardo, etc., etc. Especialmente, en los procesos que se forman con motivo de delitos electorales, es muy raro que á ciencia cierta se pueda averiguar por medio de los testimonios judiciales la verdad de lo ocurrido. Cuando no es la mala fe quien inspira las falsas declaraciones, es la pasión, es el interés, es la amistad, es el parentesco, es el proselitismo. Cada cual no atestigua sino lo que le conviene ó lo que conviene á los suyos; y da como ciertos hechos dudosos, declara que le consta lo que sólo conoce de oídas, exagera el alcance de una expresión, ve un acto de posesión en un acto de mera tenencia, etc., etc. Por esta causa, las leyes no aceptan la prueba testimonial

en los actos más importantes de la vida civil; y á fin de garantizar hasta donde es posible su veracidad, en los casos en que la admiten, rechazan los testigos singulares y prohíben dar fuerza probatoria á las declaraciones prestadas por aquellos que están ligados á las partes con vínculos de interés, de amistad estrecha ó de parentesco cercano. Con el mismo propósito se les exige que, so pena de nulidad, den razón de su dicho, y se suele facultar al juez para que les interroge acerca de los puntos oscuros de sus declaraciones. Merced á estas precauciones, el error se rectifica á sí mismo y la mala fe cae en sus propias redes. Por lo general, las declaraciones falsas sólo engañan á la justicia cuando se las presta en forma de contestaciones estereotipadas de antemano. Pero cuando el juez pide detalles, cuando interroga acerca de las circunstancias reales y personales, acerca del día y de la hora, acerca de la manera, forma y ocasión, etc., entonces surgen las contradicciones, se fija el alcance de las palabras, se descubren las tergiversaciones y se hace lucir la verdad. Lo que el testigo dijo constarle, solamente lo había oído; si declaró que Fulano había poseído tal casa, es porque le había visto ocuparla como arrendatario; y aseguró que había presenciado el asesinato, porque había visto á Zutano retirar el puñal de la herida. Por medio de estos procedimientos indagatorios, el juez experto arranca la verdad aun á los testigos más empeñados en ocultarla ó tergiversarla.

Ahora bien; si el relato de los cronistas no es en el fondo más que el testimonio que de los sucesos contemporáneos dan algunos hombres ante la posteridad, lógicamente se infiere que para aclarar, precisar y fijar el alcance y la veracidad de las narraciones se debiera proceder en rigor de la misma, mismísima manera.

Un sabio del siglo xvi enseñaba que donde estallaba un rayo quedaba indefectiblemente una piedra sílice de la forma de un machete, de un martillo, de un hacha, etc. En comprobación, mostraba varias especies que habían caído en Viena, en Torga, en Siplitz y en varios otros lugares, y citaba el testimonio de diferentes personas: la piedra de Torga había sido recogida por un joven después de una

(1) Tucídides, *Guerre du Péloponese*, lib. 1, cap. xxii.— Bourdeau, *L'Histoire et les Historiens*, lib. III, cap. 1, § 1, pág. 176.

(2) Bourdeau, *L'Histoire et les Historiens*, lib. III, cap. 1, § 1, pág. 179.

tempestad que hubo allí el 17 de Mayo de 1561; la de Siplitz la había recibido de unos campesinos que la habían encontrado debajo de una encina desarraigada por el rayo, y otra le había sido regalada por un albañil *digno de fe*, que la había extraído de una profundidad de doce codos (1). Pues bien; todas estas piedras, que según el testimonio de personas fidedignas habían caído de las nubes, eran hachas, machetes, martillos de sílice groseramente labrados por los aborígenes de Europa; y de consiguiente, no es dudoso que si las personas aludidas hubiesen sido sometidas á un riguroso examen indagatorio, se habría descubierto que ninguna, absolutamente ninguna, había sido testigo del hecho aseverado por todas.

Estas someras observaciones nos explican satisfactoriamente por qué el testimonio no es una fuente de informaciones histórica del todo fidedigna. Para que el testimonio mereciese en la historia siquiera el crédito que la justicia le presta, sería indispensable que el historiador adoptara las mismas precauciones que las leyes han impuesto á los jueces. Que así es como se debe proceder, lo prueba el hecho de que todos los grandes historiadores de nuestros días tratan de proceder así. Convencidos de que procurarse informaciones fidedignas de los acontecimientos es tarea no menos delicada que procurarse pruebas plenas de los hechos, ellos someten el testimonio de los contemporáneos á rigurosísimos exámenes, y descubren errores en Herodoto, parcialidad en Tácito, y en Gregorio de Tours mentiras.

Empero, no siempre ni en todo puede la historia adoptar las precauciones del procedimiento probatorio, Si la justicia exige el testimonio concordante de dos personas para prestar crédito á un hecho, la historia cuenta largos intervalos, por ejemplo, el que va del siglo v al siglo ix de nuestra Era, durante los cuales, los que narraron acontecimientos contemporáneos, se sucedieron cronológicamente de uno en uno.

Regla sapientísima de prudencia es desconfiar de la veracidad de aquellos testigos que por motivos especiales pueden propen-

der á tergiversar la verdad. Pero el que se propone narrar la historia de los dos primeros siglos del Imperio Romano, tiene que fiarse por necesidad al testimonio de Plinio, de Suetonio, de Tácito y otros cronistas, todos los cuales, como patricios y como republicanos, estuvieron afiliados á la oposición liberal de los irreconciliables, y vivieron empeñados en denigrar las instituciones y las personalidades del cesarismo democrático.

Sobre que no puede eliminar los testigos sospechosos, el historiador está privado de la inapreciable facultad de hacerles preguntas indagatorias. Por necesidad ineludible, tiene que aceptar sus testimonios, esto es, sus narraciones, en la forma en que han llegado á sus manos. Como quiera que ya no existen, no puede pedirles que aclaren una ambigüedad, que expliquen una contradicción, que rectifiquen una fecha, que expresen cuáles sucesos presenciaron, cuáles noticias oyeron, cuáles personas les suministraron informaciones, en cuál partido estuvieron abanderizados, etc. Puesto así en la impotencia de adelantar las indagaciones testimoniales, no es de extrañar que á menudo preste crédito á fábulas y patrañas absurdas, y que convierta la historia en una exposición de conjeturas más ó menos verosímiles.

Al hablar del nacimiento de Jesús, observa Mariana que, según ciertos autores, el suceso se verificó en tal año, según otros, en cuál otro.

«Nosotros (agrega), consideradas todas las opiniones y las razones que hacen por cada una de ellas, seguimos lo que nos parecía más probable, y á lo que autores más graves se arriman. El lector podrá, por lo que otros escriben, escoger lo que juzgare ser más conforme con la verdad» (1).

§ 2. *Parcialidad de los cronistas.*—Conocidos los vicios inherentes al testimonio humano, es muy fácil determinar el valor histórico de la crónica.

Durante largos siglos, los pueblos más cultos han creído que las crónicas les suministraban el conocimiento exacto y cabal del pasado.

Convienen en que, para formar la histo-

(1) Hamy, *Précis de Paléontologie Humaine*, cap. 1, página 15.

(1) Mariana, *Historia de España*, t. 1, lib. iv, cap. 1, página 300.

ria definitiva, era menester refundirlas en una sola narración que abrazara todos los tiempos y todas las naciones. Pero á la vez entendían que esta refundición había de ser una operación casi puramente material. La historia universal no debía tener diferente naturaleza que la crónica. No debía ser en sustancia más que una crónica universal.

Esta preocupación tenía cierto fundamento. Formada la crónica con los datos suministrados por el testimonio de los contemporáneos, cuando á las simples tradiciones se atribuía una veracidad casi absoluta, era natural que los pueblos creyeran tener en ella el relato completo y fidedigno del pasado. Para que redujeran á lo justo el valor histórico de la crónica, era indispensable que antes empezaran á desconfiar de la veracidad del testimonio humano.

A los que relatan los sucesos contemporáneos, no se puede reconocer más veracidad que á los testigos y á los actores de los mismos sucesos. Por el hecho de que un escritor tome el calificativo de cronista, no cambia de naturaleza, no se despoja de sus pasiones, ni merece más crédito que el que merecería ante un tribunal de justicia. Su palabra, entonces, puede ser tachada, siempre que de sus antecedentes personales aparezca inspirada por el interés, por el odio, por la gratitud, por el espíritu de proselitismo, por el amor á la patria, esto es, por cualquier móvil que la haga sospechosa de parcialidad.

Si día á día vemos que las oposiciones imputan á los Gobiernos, los partidos á los partidos, las sectas á las sectas, abusos y delitos absolutamente imaginarios, ¿cómo creer á pie juntillas cuanto los historiadores patricios dicen en mengua de los emperadores romanos? En plena Cámara de diputados oí con mis propios oídos (en 1881) que un profesor de historia comparaba al probo y democrático D. Aníbal Pinto, Presidente de la República, con Nerón y con Tiberio. ¿Cómo prestar entero crédito á las imputaciones con que Cicerón infamó la memoria de Catilina?

Si hubiéramos de creer á los cronistas eclesiásticos, Constantino I merecería el título de *grande*; pero la historia civil le ha despojado de su grandeza, de su magna-

nimidad y de su altura moral. Sin desconocer que favoreció el progreso cuando protegió al cristianismo naciente, no juzga digno de la admiración de la posteridad á un hombre que mató á su mujer y á su hijo, que simultáneamente construía templos cristianos y consagraba el domingo al sol; que se hacía dar la investidura de obispo cristiano y seguía usando la de pontífice pagano y que, después de presidir el Concilio de Nicea, alternativamente protegió y persiguió á los arrianos (1).

En la historia de los reyes de Judá y de Israel, historia escrita totalmente por el cuerpo sacerdotal, se adivina á la vuelta de cada página la parcialidad sectaria de los analistas: todos aquellos monarcas que se dejaron guiar por la teocracia, aparecen allí ensalzados, glorificados, santificados, ungidos como los hijos predilectos de Jehová; y al contrario, se pinta como hombres criminales y depravados á todos, absolutamente á todos los que manifestaron veleidades de emanciparse. Ahora bien; sin desconocer las tendencias morales de esta enseñanza, ¿concuera ella con la realidad histórica? Presumiblemente no, porque de las mismas crónicas sacerdotales se infiere (es un ejemplo) que Jehú, ensalzado por ellas hasta convertirle en un príncipe modelo, fué un hombre traidor, desleal, inhumano, implacable y fanático; y Achab, tan denigrado por los levitas, fué, en suma (observa Renan), un notable monarca, intrépido, inteligente, moderado y amante de la civilización (2).

Este espíritu sectario, que injustamente denigra al enemigo é inmerecidamente glorifica al correligionario, es un defecto casi peculiar de los cronistas. Llamados á narrar principalmente la historia de su

(1) Sócrates, *Histoire de l'Église*, lib. 1, cap. 1 y xviii. Bourdeau, *L'Histoire et les Historiens*, lib. III, cap. 1, § 4, pág. 257

(2) Según Renan, «dans la lutte de ces énergumènes avec la royauté c'est en général la royauté qui a raison. Leurs conseils sont toujours les plus implacables et les moins pratiques. Pas de quartier pour l'ennemi; pas d'alliance avec les *goïm* (les nations, les païens); droit de la guerre poussé à ses conséquences les plus féroces. Tuer tout sans miséricorde, leur paraît l'idéal du guerrier de Jahvé. Epargner le vaincu, obéir à un sentiment d'humanité est le dernier des crimes » (Renan, *Histoire du peuple d'Israël*, t. II, lib. IV, cap. VIII, pág. 301 y cap. IX, páginas 318 y 326.)

tiempo, no pueden despojarse de las pasiones de luchadores, de creyentes, de patriotas, al hablar de los acontecimientos políticos, religiosos ó militares. Para que pudieran escribirla de una manera imparcial, sería menester que carecieran casi en absoluto de todo sentimiento religioso y de todo interés político y que á la vez no estuvieran respecto de ningún personaje histórico, ni ligados por favores, ni enemistados por agravios. Entretanto, los más de los cronistas fueron hombres que de una ú otra manera intervinieron en los sucesos contemporáneos, fueron luchadores que sostuvieron una causa en contra de otra, fueron personas ligadas por vínculos de gratitud ó proselitismo á los caudillos de este bando, fueron opositores que vivieron en desgracia hostilizados por los gobernantes vencedores; y cuando así no hubiese sucedido, acaso no se habrían sentido estimulados á narrar la historia de su tiempo (1).

No escribe el cronista en las condiciones en que escribe el historiador. Colocado por el trascurso de los siglos á larga distancia de los sucesos, el historiador puede estudiarlos con perfecta serenidad científica, sin abanderizarse, sin apasionarse. Mas el cronista que relata sucesos contemporáneos, siente por necesidad los enamoramientos ardorosos, las pasiones injustas, las violentas iras de la sociedad en que vive, y raras veces puede sustraerse al influjo de uno ú otro partido, de esta ó aquella secta, de tal ó de cual escuela.

Cuando la sociedad pagana imputaba á los cristianos los más horrendos crímenes y vicios; cuando los acusaba de celebrar infames ayuntamientos en nocturnas bacanales; cuando echaba á correr que sacrificaban niños inocentes para hartarse con su carne y con su sangre, no es de extrañar que Tácito, la más genuina personificación de la justicia histórica, aseverase que se les aborrecía por su depravación y por sus infamias y creyese que realmente fueron convencidos de odiar al género humano (2).

Al hablar de los moros, Mariana les ape-

llida la *gran canalla*; de los valdenses dice que era *gente perversa y abominable*; y en cuanto á los albigenses, era una *secta no menos aborrecible* (1).

Gregorio de Tours, no sólo pinta á los monarcas arrianos con los más negros colores, sino que cada y cuando viene á su pluma el nombre de un hereje, lo acompaña de los epítetos más infamantes, les acusa de cobardía y les llama *regicidas, perros y cerdos*. En cambio, excusa, aprueba y aplaude los más abominables crímenes cometidos por Constantino, por Clodoveo y demás príncipes católicos, y omite relatar las iniquidades del obispo Pappolus, para *no aparecer como detractor de sus hermanos* (2). De esta manera oculta la mitad de la verdad y altera la fisonomía de la otra mitad.

Creer que estas prácticas constituyen excepciones singulares sería un error. Lo excepcional es que se las confiese con ingenuidad. Lo general es que los cronistas eclesiásticos entinten su pluma en hiel ponzoñosa para hablar de aquellos que combatieron sus sectas, y que justifiquen las más horrendas iniquidades cometidas en interés de sus religiones y omitan la narración de aquellos actos y sucesos que juzgan contrarios á sus intereses sectarios. Con la conciencia de que procedía honradamente, Eusebio declaraba que, al hablar de las persecuciones, pasaría en silencio las discordias, los altercados, las riñas, las apostasías de los cristianos; y que no relataría sino aquellos sucesos cuyo conocimiento fuera en su sentir útil á la posteridad y que sirvieran para manifestar la perfecta equidad de los fallos divinos (3).

En vicios semejantes hace caer el patriotismo. Sea por no chocar con el sentimiento nacional, sea por no exhibir ante el mundo las llagas de la madre patria, los cronistas ocultan las derrotas de sus compatriotas, adjudican á su nación glorias fantásticas, excusan las bajezas é indignidades de sus Gobiernos y atribuyen á la traición las victorias del enemigo.

(1) Mariana, *Historia de España*, t. II, p. 264 y t. III, libro XII, cap. 1, p. 226.

(2) Gregorio de Tours, *Histoire ecclésiastique des Francs*, tomo I, lib. I, cap. XXXIV, lib. II, cap. XL, y lib. V, cap. V. Monod *Les Sources de l'Histoire mérovingienne*, cap. V, página 125 á 128.

(3) Eusebio, *Histoire de l'Église*, lib. VIII, cap. II.

(1) Montaigne, *Essais*, t. II, lib. II, cap. X, pág. 225.

(2) Tertuliano, *Apología*, cap. VII.—Tácito, *Annales*, lib. XV, cap. XLIV.

«El amor de la patria (dice Torquemada) muchas veces se lleva tras sí la verdad y aun la niega, por ser cosa natural querer cada uno honrar y engrandecer el lugar y sitio donde ha nacido, que todos le tenemos por madre» (1).

La crónica del musulmán Ibn-Adhari, que se conceptúa como una de las más completas de los tiempos medios, no dice una palabra de la gran campaña de 939, al fin de la cual Abderraman III fué desastrosamente derrotado por Ramiro II en los campos de Simancas (2); y Flavio Josefo observa que, movidos por el propósito de adular á los romanos é incitados por el odio á los judíos, algunos escritores que, bajo Vespasiano presenciaron la guerra entre ambos pueblos, la relataron de una manera muy otra de cómo realmente había ocurrido (3).

Dos siglos antes había hecho una observación parecida el amigo de Escipión el Africano. En los principios de su *Historia general*, declaraba Polibio que se había propuesto narrar la guerra púnica, en parte principal, porque los dos historiadores que según el común sentir la habían relatado con mayor cordura, habían tergiversado sobremanera la verdad. Apasionado en favor de los cartagineses, Philino les atribuyó una sabiduría, un valor y una rectitud que negó en absoluto á los romanos; y en cuanto á Fabio, parecía creer que, si reconocía algunas cualidades á los enemigos de Roma, por el mismo hecho privaba de ellas á los hijos de la gloriosa metrópoli (4).

Sin embargo, antes que los sentimientos colectivos de religión, de patria ó de partido, son los móviles estrictamente individuales los principales causantes de la alteración de la fisonomía de la historia. El odio despoja de sus prendas al enemigo; el amor las adjudica al amigo, y la adulación engrandece á los pequeños que dispensan favores.

Tácito observa que en los tiempos de la

República la historia del pueblo romano se escribía con tanta elocuencia como libertad; pero que después de la batalla de Actium, cuando en interés de la paz se confió el Gobierno á uno solo, se empezó á faltar á la verdad, no sólo por ignorancia de los negocios del Estado, ahora extraños á los ciudadanos, sino también por el furor que desde entonces nació de adular ó denigrar á los amos (1).

(Concluirá.)

NOTAS DE SOCIOLOGÍA,

por el Profesor D. Francisco Giner,

Catedrático de la Universidad de Madrid.

I.

La moral del super-hombre.

El movimiento contemporáneo parece que implica la renuncia más decidida á toda concepción mutualista del derecho. Una de las consecuencias de esta renuncia es que la extensión de nuestras obligaciones crezca ó disminuya en razón directa de nuestros medios: entre estos se comprenden, desde el grado de cultivo de la conciencia en el sujeto, á sus recursos de todos géneros, aun los materiales. Ante esta concepción, el hombre de mayor inteligencia, superior cultura, mejor sentido moral, más medios de fortuna, de más poder, en suma, y facultades, nunca puede pretender supremacía, prerrogativas, privilegios en su favor, fundándose en aquellas circunstancias; sino todo al contrario. Lo que sí le corresponde, es una más severa carga de deberes: viene como Aquél, «para servir, no para ser servido». La gobernación del Estado, por ejemplo, aun en sus órganos preeminentes, por su fin objetivo y directo,—por más olvidado que esté en la corrupción bochornosa que es uso—es una función en servicio del todo, no del titular; y el *servus servorum Dei* va dejando poco á poco de ser en todos los órdenes una figura retórica.

Precisamente, la teoría contraria es la de Nietzsche, y en general, sin llegar á sus extremos, la de todo aristocratismo, in-

(1) Torquemada, *Monarquía indiana*, t. 1, lib. II, capítulo XII.

(2) Dozy, *Investigaciones acerca de la Historia y de la Literatura de España*, cap. IX, § 9, p. 240.

(3) Flavio Josefo, *Histoire de la guerre des Juifs contre les romains*, p. 541, des *Oeuvres complètes*.

(4) Polibio, *Histoire générale*, t. 1, lib. 1, cap. XIV.

(1) Tácito, *Histoires*, lib. 1, cap. 1.

telectual ó no (hasta el guerrero): desde el de un Göthe ó un Renán, al de un Nerón, un Napoleón, un Bismarck, un Carlos Moor... ó un Diego Corrientes. Tomados en común, y dejando á un lado los matices, todos coinciden, más ó menos, en considerar que la superioridad, originalidad y personalidad de los «genios» (y aun sin pretender tanto, v. gr. la de los héroes del romanticismo, en Jorge Sand, Musset, Vigny, Byron, Murger, Espronceda, Balzac... en general, la de los artistas y poetas), los pone fuera y por cima de toda ley, sea la social y exterior, como la más ética é interna, que reputan mera convención de rutina, sólo buena, y hasta necesaria, para el burgués, el plebeyo, el filisteo; cuando su misma superioridad lo que hace es obligarlos á ponerse al servicio y redención de la medianía, para sacudirla de esa vulgaridad, en que se complace y embrutece, y elevarla á la comunión del ideal, de que no es dado excluir á nadie, despertando en todos, según su límite y grado, un rayo de espíritu libre y «noble».

Toda superioridad no es, en suma, un título de mayores *derechos*, sino de mayores *obligaciones*: y si los primeros parece en ciertos casos como que aumentan, es tan sólo cuando constituyen nuevos medios para satisfacer las últimas, cuya delicada complejidad puede exigir á veces que se amplíen en una persona dada facultades que ha de aplicar al servicio de todos.

Parece este sentido el más conforme con el de la *verdadera* humildad cristiana: *potestas non honor, sed onus aestimatur*, decía ya San Gregorio Magno. Y, sin embargo, es curioso que haya quien sostenga la coincidencia entre la «moral de señores» (*Herrenmoral*), de Nietzsche, y la de Cristo, ¡nada menos que en el Sermón de la Montaña! Así, Schmidkunz, en el *Semanario de ciencias naturales* (1), de Berlín, aplicando la ley de la evolución á la moral, considera á Cristo, por lo menos, como un término de transición entre la moral pagana y del Antiguo Testamento, por una parte, y la de Nietzsche, por otra, á la cual viene casi aquél á servir de precursor. En su artículo cita todavía otras opiniones semejantes.

(1) *Naturwissenschaftliche Wochenschrift*, de 11 de Abril de 1897.

II.

La crisis de los partidos liberales.

Los partidos liberales experimentan hoy en toda Europa—más ó menos—pero con especialidad en el continente, honda crisis y no sé si diga verdadera disolución. Una vez agotado casi su primitivo ideal, ya en lo social, ya en lo político (ó más bien en punto á *formas* políticas), se han petrificado, por falta de plasticidad para comprender otras nuevas necesidades y abrazarse á ellas. Olvidan que ni la historia ni el ideal se paran, y que no hay momento alguno *definitivo*: contra lo que pretendía la concepción aquella, que se representaba una sociedad y Estado final, á la vez absoluto y concreto—sin echar de ver la contradicción—y más allá de los cuales no cabría ya progreso esencial alguno. La petrificación de esos partidos, sean monárquicos ó republicanos, les hace mirar, ó con temor, ó con indiferencia (cuando no con ingenua sonrisa), tantos y tantos problemas sociales de *sustancia*, que van empujando al espíritu á buscarles solución, más ó menos perfecta.

Así empujaron otros problemas á sus predecesores. Pues tal vez no ha habido jamás transformación, reforma, ni revolución, *meramente* políticas; sino que todas han sido á la par, y por necesidad, político-sociales; además de ir siempre precedida la acción legislativa del Estado de una transformación social, que la motiva y hace posible (algunos añadirían quizá: «é inútil»).

Entre nosotros, por ejemplo, sería bastante difícil averiguar el criterio concreto de esos partidos (en conjunto, como tales partidos) sobre problemas como el de la miseria económica, intelectual, moral, estética, de todos géneros, de nuestras clases populares, más sufridas que en otras partes, por su mismo mayor atraso; el de la educación nacional, la real y verdadera, no la que sirve de pretexto para los concursos de retórica en la comedia parlamentaria; el de la agricultura, cuya voz llevan los usureros y los señoritos que se despluman en el casino rural; el de la política religiosa en la crisis presente, con sus infinitas cuestiones, que alcanzan á todos los órdenes de la vida, desde la casa á la Uni-

versidad; el de la protección enérgica á la infancia abandonada en el muladar de la calle, seminario del presidio; el de la condición de la mujer, dentro y fuera de la familia: divorcio, profesiones, prostitución, sufragio; el de la transformación de la lucha social contra el delito y para rehacer en el criminal la persona; el de la administración de justicia, de la cual huye amedrentado todo hombre sensato, en lo civil como en lo criminal; el del pauperismo de los empleados y aun de las mal llamadas profesiones «liberales», de que está saturado el mercado; el de la servidumbre (que no servicio) militar, en que á lo sumo, no ven otro mal que la redención á metálico, ni otra reforma que extendernos á todos el yugo; el de la represión del alcoholismo, de la mendicidad, de la vagancia; el de la vida local, escuela primaria de toda vida pública, y aquí podrida, envilecida y arruinada por la estafa y por el caciquismo...

De todo ello, y de muchas cosas más por el estilo, nos consolamos neciamente con los escándalos del Tammany Hall; ó bien diciendo que son cosas cuya solución es difícil (¡oh, sagacidad!): por lo que sin duda lo mejor es no estudiarlas, y dejarlas todas como están, ó á que las vaya resolviendo el tiempo; y que los diputados, senadores, ministros, etc., no están para eso, sino para hacer discursos, dar y tomar destinos, mendigar plazas de alquileres en las grandes compañías industriales, y no tratar de otra redención que la suya; bueno fuera, si entrase en ella la obra de redimirse por dentro.

EL PUERTO DE VACARES,

por D. A. García del Real, C. A.,

Oficial de Topógrafos.

Quien vaya á Granada, no debe dar por terminada su excursión al concluir de visitar los monumentos que dan á esta ciudad tanta fama, ni tampoco después de recorrer las típicas calles del Albaicín, y de entrar en alguno de los cármenes, tantas veces celebrados. Debe recorrer también con detenimiento los alrededores de la ciudad, con la seguridad de que cada día encon-

trará un paisaje nuevo, no menos interesante que la misma Alhambra y que á cada paso se presenta en esa comarca, en la que cualquier punto de observación es punto de vista de un cuadro magnífico, original como él sólo, y en que el paisajista tiene siempre dificultad de escoger, sobre todo si estudia con su arte los tipos y las costumbres de la localidad.

Si sale de la población hacia el llano, encontrará al cabo de la última calle la frondosa vega, cuajada de alegres y pintorescos pueblecillos de casas continuamente blanqueadas; si sale hacia el lado opuesto, por el camino del Sacro Monte, verá el bonito cauce del Darro, y podrá además estudiar las costumbres de los gitanos, que cavan sus cuevas á la izquierda del camino; y si toma la dirección del Genil, se encontrará metido entre los pliegues de la Sierra Nevada á los pocos kilómetros, y entre paisajes variados y ricos en luz y en colores.

Si el excursionista dispone de poco tiempo, debe, por lo menos, ir al fondo del *Covral de Veleta*, para conocer los tres cerros más elevados de la Sierra y contemplar así un espectáculo de impresión perdurable. Si dispone de algunos días, entonces debe intentar la subida al Cerro de Muley-Hacen, ó por lo menos subir al Puerto de Vacares, lo que se logra muy cómodamente en dos días, y sin tener que dormir al raso, por el camino de Granada á Trevelez: como no le sucedería, si sigue otro camino menos conocido, ó si confía en los innumerables guías que ofrecen sus servicios en Granada y que no pueden guiar más que á la Alhambra ó á la Cartuja, y aun de los que encuentre en los pueblos de la Sierra, pues aún no hay quién la conozca con todo detalle.

Para ir al Puerto de Vacares, hay que ir primero á Güéjar-Sierra, pueblo que dista 20 km. de Granada, por el camino de carros que pasa por Cenes de la Vega y luego por Pinos-Genil, desde donde comienza el terreno á ser más fértil, y á internarse en la sierra.

Güéjar es un pueblo importante de la provincia, y está habitado por un millar de vecinos muy trabajadores, como lo son en muchos otros pueblos de este país (contra lo que ordinariamente se dice de los granadinos); vecinos que labran terrenos

situados en parajes á donde sólo la subida es empresa más que peligrosa, plantan viñas en las paredes de los cerros y contienen con muros de piedra el terreno que, negándose á quedar horizontal, lucha continuamente por precipitarse en el fondo del Genil. Allí cultivan frutales de todas clases, montes enteros de castaños y grandes extensiones de maíz y patatas, cuya continua exportación les produce muy buenos rendimientos, demostrando toda esta riqueza agrícola lo mucho que produce el trabajo, ayudado con un buen sistema de riego.

Allí mismo, como en los pueblos de Monachil, Dúdar, etc., comienza á sacarse de todos los ríos nacidos en aquella sierra el agua, que conducida por una intrincada red de acequias, vivifica y mantiene en perpetua lozanía gran parte de la provincia, convirtiendo en vergel todo terreno árido que se encuentra á su pie. Tan claramente está allí marcado el influjo del riego, que las acequias madres determinan la línea de separación entre el desierto y la vega; por eso, al mirar la falda de la Sierra Nevada desde Granada en dirección á Zubia, por ejemplo, se ve una recta horizontal que separa muy distintamente dos colores diversos y vivos: uno verde oscuro abajo, otro pardo rojizo encima.

Desde Güéjar, continúa la excursión por la carretera que va á las ruinas de «la Estrella», remontando el curso del Genil, que corre allí encajonado entre dos pliegues paralelos de la sierra, disputándose con el camino el poco terreno que queda llano en el fondo de la garganta, y dando un sin fin de vueltas, á cada una de las cuales se presenta un nuevo horizonte, que entretiene continuamente.

Se pasan así las confluencias del Genil con sus numerosos afluentes de la orilla izquierda; se dejan atrás los últimos grupos de molinos de Güéjar, y al doblar uno de tantos recodos, cuando se llevan recorridos unos 25 km. desde Granada, aparece inesperadamente un panorama sorprendente.

El horizonte, antes muy cerrado, se abre de pronto y aparecen simultáneamente los tres picos más elevados de Sierra Nevada, que estaban invisibles hasta entonces. Enfrente aparece Muley Hacen, á la derecha el Picacho de Veleta, á la izquierda el Cerro de la Alcazaba.

Sin que el viajero haya podido darse cuenta, se halla en el fondo del *Covral de Veleta*, pues así se llama el profundo embudo formado por esos tres enormes cerros, que, apoyando sus bases en las orillas del Genil, se elevan majestuosos con una sola pendiente, sin accidentación alguna, á la región de las nieves perpetuas.

El aspecto de aquellas tres grandes masas, desprovistas de toda vegetación, siempre negras, pero que aún lo parecen más por el contraste del color de sus pizarras con el blanco purísimo de sus ventisqueros; la vista de aquellas tres torres cónicas de 2.000 m. de altura desde su base, y cuyo completo desarrollo puede recorrer la vista, es imponente. A este recodo del camino, desde donde por vez primera se contempla el grandioso espectáculo, es á donde debe irse desde Granada, por escaso que sea el tiempo de que se disponga, por poca afición que se tenga á contemplar la naturaleza, ó por grandes que sean los temores á un viaje un poco incómodo.

Puede hacerse hasta allí la excursión en dos días con toda comodidad, durmiendo en Güéjar, en donde hay facilidades para proporcionarse alojamiento.

La subida desde allí al Puerto de Vacares, es ya más penosa. El que la emprende debe contar siempre con que la fatiga que se experimenta es grande, con que no se encuentra, después de «La Estrella», albergue alguno en que pueda pasarse la noche, ó guarecerse en caso de sobrevenir una de esas tempestades que tan rápidamente se forman en aquellas regiones, y con que no dispondrá, en caso de contrariedad de otro género, de más recursos que los que consigo lleve, ó su buen criterio le proporcione. A más de esto, hay que hacer la excursión á pie, pues aunque los mulos del país están habituados á recorrer con grandes cargas sitios muy peligrosos, la pendiente es tan rápida, que un pequeño desliz de la caballería pudiera ser fatal, sobre todo si la subida se hace desde las Minas de la Estrella, y no por el camino ordinario de Trevez, más largo que el primero, no mucho mejor y menos interesante.

Las minas tienen muy poca importancia y están casi abandonadas; pero como en ellas hay una cantina, aunque no muy bien provista, son dignas de tener en

cuenta, en una excursión de este género.

En ellas acaba el buen camino: desde entonces, hay que seguir una mala senda cubierta de guijarros y de bloques de pizarra desprendidos de lo alto, abandonando el Genil, que allí se forma por reunión de múltiples regatos nacidos en los ventisqueros del Corral de Veleta y que corren sin rodeos y de un solo trazo su camino casi vertical.

La ascensión parece interminable: á las dos horas de comenzada, aún se ve muy alto el Ventisquero de Vacares, aunque, cuando se mira hacia abajo, no parecen más que puntos blancos las casas de la Estrella, ni llega ya á los oídos el ruido del Genil.

Con otro esfuerzo y otra hora de camino, se llega á lo alto del Puerto de Vacares, cubierto eternamente por un ventisquero, que reparte por igual sus aguas al Genil y á la Laguna de Vacares, es decir, al Atlántico y al Mediterráneo.

Allí no hay ya señal alguna de vida; se encuentra el viajero en una naturaleza aparentemente muerta; no se ve ni un solo pájaro, ni otra muestra de vegetación que algún líquen pegado en los bloques de pizarra; ni aquel silencio profundo es interrumpido por el ruido más ligero en un día de calma.

Mirando hacia atrás, se divisa muy distintamente la vega de Granada; Atarfe se ve desde allí con gran precisión, y las Sierras de Elvira, de Parapanda y de Loja no parecen desde aquellas alturas más que sierras de enanos. Mirando de frente, por la vertiente meridional, se ve muy próxima la Laguna de Vacares, formada en un embudo perfectamente cilíndrico, de paredes muy lisas. En ella no hay tampoco la menor señal de vida, y su agua, casi siempre helada, no acusa el más ligero movimiento ni deja adivinar su fondo, que nadie ha intentado sondear.

Por su borde justamente, baja el camino de Trevez, que se borra frecuentemente por la nieve, y sólo puede reconocerse entonces por los altos montones de pizarra, que sirven de jalones al caminante que se aventura á pasar el puerto después de Octubre, con lo que seguramente intenta su muerte.

Es este camino, en cambio, muy frecuentado en el verano por los arrieros que

llevan á Granada los productos de las Alpujarras; por él van los serranos á recoger esa planta tan apreciada que se llama *manzanilla de la sierra*, y que puede en un solo día proporcionarles una ganancia de 10 pesetas; y desde aquel puerto de Vacares empiezan su faena muchas veces los cazadores de cabras monteses, que suben á aquellas alturas en los meses de primavera.

Después que se descansa algo en el puerto, hay que apresurarse á regresar á «La Estrella», para no exponerse á quedar al raso una noche de helada, como son todas en aquella altitud, aun en los meses del estío; y conviene comenzar la bajada cuando el sol esté aún bastante alto sobre el horizonte, pues al ocultarse detrás de las sierras de Loja, desaparece la luz sin crepúsculo intermedio entre el día y la noche, y con un brusco descenso de temperatura.

Desde Vacares, puede subirse también con relativa facilidad al Cerro de la Alcazaba, que se halla á la derecha del camino, y llegar, recorriendo la cumbre de la sierra, al cerro de Muley-Hacen. Aunque éste no es el itinerario más cómodo, es por lo menos el más interesante: por otro cualquier lado por que se verifique la ascensión, no se disfruta de la soberbia vista que hay desde el fondo del Corral de Veleta.

Para ir á Muley-Hacen ó al Picacho de Veleta, debe siempre pasarse por Güéjar; bajar desde allí al frondoso Genil, y subir la loma que limita su cauce por el lado opuesto, en cuya divisoria de aguas se encuentra el camino de los Neveros, que llega sin grandes pendientes al Picacho. No conviene tomar este camino desde Granada, porque, apenas se desprende de Huétor, abandona la vega y recorre un terreno completamente árido y desierto, sin encontrarse en él árbol ó casa alguna, que libre un momento de los rayos del sol que abraza aquella falda rojiza de la sierra; pero es éste en cambio el mejor camino para el regreso, porque se hace viendo constantemente á Granada con toda su vega, sin que haya obstáculo alguno que se interponga á la vista (1).

(1) Sobre esta excursión, véase: *Diario de una excursión á la Sierra Nevada*, por D. L. de Rute, números 289 y siguientes del BOLETÍN.